

SINOPSES

É **C** **A** **&** **E** **d** **u** **C** **a** **ç** **ã** **o**

**28º Congresso de Educação
do SINPEEM**

24 a 27 de outubro de 2017 - Palácio das Convenções do Anhembi



SINPEEM

SINDICATO DOS PROFISSIONAIS EM
EDUCAÇÃO NO ENSINO MUNICIPAL-SP



Com o tema central "**Ética e educação**", o 28º Congresso do SINPEEM, realizado entre os dias 24 a 27 de outubro de 2017, tem em sua programação 33 grupos de interesse - um painel e 32 palestras -, que abordarão os mais variados e importantes assuntos relacionados ao cotidiano escolar. Entre eles, ética, valorização profissional, violência, gestão escolar, sustentabilidade, inclusão, relações interpessoais, projeto político-pedagógico, novas linguagens, currículo, uso de tecnologias em sala de aula, liberdade de cátedra, neurociência e doenças profissionais.

Para que os delegados possam acompanhar os temas que serão debatidos, o SINPEEM elaborou este caderno, que também é um rico material, que pode ser utilizado nas reuniões, planejamento e elaboração do projeto político-pedagógico da escola. Por isso, pode e deve ser compartilhado com seus colegas em suas unidades de trabalho.

A DIRETORIA



CLAUDIO FONSECA
Presidente

Observação: os textos e a revisão dos mesmos são de EXCLUSIVA responsabilidade dos autores.



SINPEEM
SINDICATO DOS PROFISSIONAIS EM
EDUCAÇÃO NO ENSINO MUNICIPAL-SP

Dia 24 de outubro

Ética e educação	5
A arte como propulsora do desenvolvimento humano	7
Educação e o que se leva para a vida	9
O Quadro de Apoio e sua atuação junto aos alunos	10
Desenvolvimento emocional e aprendizagem	12
Educação em direitos humanos durante o percurso escolar	14
Importância dos bens materiais e imateriais para a construção da identidade da escola	16
Múltiplas maneiras de pensar, agir e sentir na elaboração do projeto pedagógico	18
Autismo e aprendizagem	20

Dia 25 de outubro

Educação básica na contemporaneidade: nova Base Nacional Comum Curricular	21
A diversidade humana na educação	23
Habilidades e competências do século XXI: como ajudar nossos alunos a desenvolvê-las	25
Política de uso das redes sociais na escola pública	27
Relações interpessoais na escola	29
Jogos e brincadeiras na educação infantil e no ciclo de alfabetização	31
A arte escutatória: a escuta de si, do outro e do mundo	33
Como estruturar uma sociedade inclusiva por meio da educação?	35

Dia 26 de outubro

Liberdade de cátedra e a escola sem partido	37
A alegria como estado gerador da criatividade	39
Cuidar e educar na educação básica: função indissociável da escola	40
Disfunções e as intervenções pedagógicas na aprendizagem	42
Novas linguagens e a comunicação na escola	44
Contribuições da neurociência para a educação básica	46
Construção de relações éticas nas escolas	48
O lúdico, a cidade e a aprendizagem	50

Dia 27 de outubro

Importância da criação de vínculos para a aprendizagem	52
Aprender e ensinar nos movimentos de autoria	54
Liberdade de expressão: polêmicas, conflitos, intolerância e pluralidade	56
Características e habilidades que se espera encontrar em um bom professor	57
Doenças profissionais: como evitá-las?	59
Alfabetização: como superar os desafios?	60
Educação intercultural	61
Novas tecnologias digitais na educação	63

Ética e educação

* César Aparecido Nunes

Educar implica em reconhecer que a condição humana é aprendida, que é historicamente produzida, que a educação é um projeto definido no tempo e no espaço humano e natural. Significa formar o homem, engendrar, isto é, fazer, produzir, a pessoa humana, para a vida em sociedade. Somos seres sociais, animais políticos, entes sensíveis, coabitantes da mesma terra, viajantes da história, somos promessas e penhores dos futuros incertos.

O pesquisador Saniani (2006, p.13) assim define magistralmente essa dimensão educacional:

(...) o trabalho educativo é o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens. Assim, o objeto da educação diz respeito, de um lado, à identificação dos elementos culturais que precisam ser assimilados pelos indivíduos da espécie humana para que eles se tornem humanos e, de outro lado e concomitantemente, à descoberta das formas mais adequadas para atingir esse objetivo.

Nascemos numa determinada sociedade, somos tributários ou herdeiros de uma cultura ou civilização. Toda geração terá que repassar, para a geração posterior, os símbolos materiais e culturais da marcha histórica da humanidade. A palavra “Éthika”, em grego, deriva de “Ethos” ou “Ethikos”, que significaria “morada, casa, esteio da casa, lugar de viver, regras de organizar a casa”, referindo ao esteio central que erigia a casa grega primitiva. Essa palavra assume o sentido de “aquilo que sustenta minha morada, minha moradia, minha vida doméstica”. De um sentido prático e físico para um sentido simbólico e moral.

A Ética é o campo de construção das questões fundamentais da vida humana, de cada vida humana e dos sentidos postos para os tempos históricos e para os destinos coletivos. Trata-se de uma “ciência prática”, na feliz definição de Aristóteles, cuja inspiração seria a de conduzir a natureza humana ao equilíbrio, à excelência, entendida como uma luz interior a propor e clarear caminhos e mediações para a conquista da felicidade. A educação e a ética são as bases da humanização.

* **César Aparecido Nunes**, licenciado em Filosofia, História e Pedagogia; mestre, doutor e livre-docente em Educação e professor titular de Filosofia da Unicamp. Atua nas áreas de formação de professores e ética

* **Regina de Fátima Migliori**

Educação não é sinônimo de escola. É um processo de toda a vida. Corresponde ao conjunto das experiências de aprendizagem que vão se sucedendo e nos transformando. E transforma mais do que poderíamos imaginar.

Quando aprendemos, muita coisa muda em nós, no cérebro, na mente, e também na maneira de agir no mundo. Ao propor o desenvolvimento integral do estudante, a legislação brasileira declara que esta seja a missão do processo educativo. Esta missão contempla dois grandes objetivos: desenvolvimento do ser humano na integridade das suas potencialidades, aliado ao acesso aos conhecimentos disponíveis no mundo.

Quando colocamos o foco nos conteúdos, a missão do educador passa a ser a de proporcionar ao estudante o contato com o estado da arte do conhecimento, de inserir as crianças e jovens na trajetória de evolução do conhecimento produzido pela humanidade.

Mas o processo educativo também deve ser um intenso processo de desenvolvimento humano, que promove uma intensa relação entre o mundo interno das pessoas e o mundo externo com o qual elas interagem. É assim que crianças e jovens aprenderão a se relacionar consigo mesmos e com o mundo.

Educar com foco na ética não significa somente transmitir conteúdos sobre valores. Trata-se de desenvolver um tipo específico de potencial humano – a inteligência ética: sustentar a mente em uma motivação benéfica, ativando áreas do cérebro relacionadas ao amor, altruísmo e felicidade, e externar os respectivos comportamentos que resultam no bem comum.

Ética corresponde à habilidade de mergulhar em si mesmo e retirar o melhor de si para oferecer ao mundo. Ser ético não é sinônimo de ser bom. É ser benéfico. O bom é circunstancial, o bem é universal. O que é bom para um, talvez não seja bom para os outros.

O processo educativo precisa contribuir para que estes aspectos se traduzam na prática. A educação, compreendida como um processo inerente à própria vida, ocorre de múltiplas formas, em que simultaneamente ensinamos e aprendemos a ser, a conhecer, a fazer e a viver juntos.

A transformação social almejada pela humanidade, em direção a uma sociedade de paz e harmonia, passa necessariamente por uma mudança no processo educacional do ser humano, capaz de construir esse mundo novo.

* **Regina de Fátima Migliori**, coordenadora do MindEduca, programa aplicado por milhares de educadores no Brasil e no exterior. Foi “case” na Universidade de Toronto e parceira convidada pela Universidade de Stanford

A arte como propulsora do desenvolvimento humano

* **Denise Nalini**

A arte tem um papel fundamental na construção de uma civilização comprometida com a garantia dos direitos humanos, podemos perceber isso conhecendo as ações e os trabalhos de vários artistas que, durante a história da humanidade, se comprometem a apontar e marcar as desigualdades, as guerras e, porque não dizer, as muitas concepções de criança e de infância presentes hoje.

De forma genérica, podemos dizer que a arte contemporânea, com seus novos modos de fazer e de pensar a arte, conecta as questões do cotidiano e a poética das crianças pequenas.

Na medida em que coloca o espectador como autor e aquele na qual a obra ou proposta artística se realiza. É essa interação que nos interessa como educadores, pois permite compreender mais o outro, criar espaços de escuta e de valorização dos saberes de cada um. Nesse sentido, compreender a arte hoje oferece muitas possibilidades para o professor rever as suas práticas. Essa é uma perspectiva para o trabalho com arte na escola pública, que requer, sobretudo, pesquisa e a construção de projetos e ações autorais. Esses projetos ou percursos criativos devem partir dos princípios de similitude entre arte, vida, artista e fruidor.

Dessa forma as crianças e seus professores em diálogo e inspiradas por artistas que também pensam o seu tempo constituem espaços e trajetórias singulares para refletir sobre a complexidade do cotidiano em que estão imersas.

Esse modo de pensar o ensino e a aprendizagem da arte – a arte na contemporaneidade – está para além do fazer o belo, dos desenhos xerografados, da reprodução e do uso de técnicas como atividades pensadas apenas para entreter as crianças.

O ensino da arte deve alimentar os processos de criação individuais e coletivos, se constituindo num conjunto de práticas mais coesas e coerentes do fazer artístico.

* **Denise Nalini**, doutora em Educação pela Feusp. Atua nas áreas de Educação, Cultura e Infância. Coordenadora de projetos de arte no Instituto Avisa Lá e Pró-Saber-SP. Professora do Instituto Vera Cruz

Arte é conhecimento. Em arte criamos o que ainda não existe, a partir de uma mobilização estética inicial, ou afeto. Guiados por pensamentos e sentimentos entramos no campo de nossos procedimentos – aqueles que compõem a ação criadora.

O que compomos então? Um ritmo, um modo próprio de embate com matérias diversas – seja cor, som, palavra, pedra, argila ou areia. Presentes em campos de experiência, aprendemos com os nossos procedimentos, ao mesmo tempo, um contínuo conhecimento de si e do mundo.

O que a criança nos ensina: a estar presente nas próprias ações. Caso contrário, ela não sobreviveria. Nós não teríamos sobrevivido. É só na própria experiência que podemos estar presentes, criar procedimentos para nos situar, resolver situações problema, desenvolver outros modos de olhar e compreender o mundo. De modo que para nós, professores na educação infantil, a questão segue sendo compreender que processos de aculturação das crianças nem sempre incluem processos de construção de conhecimentos – nos quais podemos aprender e manter a abertura para continuar a aprender ao longo da vida.

A experiência de continuar a aprender se dá em dimensões culturais significativas, relevantes, expressivas, em que cultura e conhecimento têm vínculo pela expressão. E o que move a necessidade de se expressar é o afeto. Como nos afetamos pelas pessoas, pelos aspectos do mundo? A qualidade deste afeto é o que vai mobilizar as nossas ações.

O que é próprio da criança – a inteligência sensorio motora – segue regendo suas ações, atingindo em cheio a intencionalidade educativa no ensino e na aprendizagem das áreas de conhecimento na educação infantil, dando-lhe feições próprias que vão reverberar em toda a vida da pessoa.

O jogo – faz de conta – brincadeira segue sendo a linha mestra na vida da criança: aliado à observação, constitui a fonte do imaginário e da construção de conhecimentos. Assim, todo aparato eletrônico que constrange o fluxo da imaginação ao conformar a criança em passos previstos e imagens prontas pode ser descartado, pois produzirá diversão, dispersão e não a necessária concentração quando se quer – e precisa – de recolhimento para se pensar os objetos do mundo e exercer nossa criação sobre eles.

* **Monique Deheinzelin**, educadora, doutora em Psicologia e Educação pela USP, autora do livro “Uma experiência em educação infantil - a fome com a vontade de comer” (Vozes, 2016, 11^a edição - atualizada e ampliada)

Educação e o que se leva para a vida

* **Max Gunther Haetinger**

A cultura popular sempre soube da importância de se educar as crianças desde cedo. Nossas avós já diziam: “É de pequenino que se torce o pepino”. Porém, no passado, a estrutura familiar permitia que os primeiros conceitos de desenvolvimento motor, cognitivo, afetivo e de valores sociais pudessem ser apreendidos em casa e no convívio social. Modernamente, a escola ganhou papel de destaque na formação integral, devido às mudanças da estrutura e da rotina familiar. Hoje, por exemplo, todos os adultos da família costumam trabalhar em turno integral, o núcleo familiar é menor e também é comum as diferentes formas de constituição da família. A educação na primeira infância se tornou uma tarefa da parceria família e escola e, muitas vezes, o peso da escola acaba sendo maior.

Hoje sabemos que a questão maior é uma educação que permita a cada criança se desenvolver em todas as suas potencialidades. Se pensarmos nas crianças como preciosas pedras brutas, nós, adultos, não as lapidamos, são elas próprias que se lapidam. Nós propiciamos o ambiente e as ferramentas adequadas, no momento certo e necessário para essa lapidação, e ajudamos as crianças, principalmente, quando identificamos que cada uma delas precisa de ferramentas diferentes em cada etapa do seu desenvolvimento.

Uma educação de qualidade potencializa o desenvolvimento cognitivo e socioafetivo do indivíduo, e impacta diretamente na aquisição da linguagem, no domínio de signos e símbolos, nas habilidades motoras, na sociabilidade, na criatividade, da imaginação e no trabalho cooperativo ou em rede. Uma escola de qualidade e integrada ao seu tempo deve fazer a diferença na vida dos educandos.

Para que a escola seja levada à vida de nossos alunos, precisamos construir um ambiente com base em atitudes: atitude de desenvolvimento; atitude lúdica; atitude tecnológica; atitude de valores, de ética e moral; atitude afetiva; atitude de cooperação; atitude de carinho; atitude psicomotora; atitude de respeito; atitude de aprendizagem e, principalmente, atitude de autonomia. Enfim, um espaço de amor, criatividade, segurança e liberdade.

* **Max Gunther Haetinger**, doutorando em Ciências da Educação (Universidade do Porto), mestre em Educação, especialista em criatividade e em tecnologias aplicadas na educação, palestrante e autor de vários livros

O Quadro de Apoio e sua atuação junto aos alunos

Equipes de ajuda: quando a convivência é um valor na escola

* **Luciene Regina Paulino Tognetta**

Bullying é uma forma sutil de violência, cujas ações agressivas são intencionais, repetitivas e realizadas entre pares. Geralmente, o autor escolhe um alvo frágil para agredir, ofender, maltratar e humilhar, sempre diante de um público e, independentemente do tipo de agressão, todas as situações de *bullying* são marcadas pelo desrespeito, já que guardam tanto a intenção do autor em ferir como a consequência danosa para a vítima, que se sente humilhada, diminuída e exposta diante dos colegas.

Este é um dos grandes problemas que a escola hoje enfrenta. Ela sofre o amargor de uma instituição que não se apoderou das conquistas das ciências. As pesquisas mostram a necessidade de que a escola seja um espaço de convivência e que a postura dos que lá convivem seja baseada na democracia. Trabalha-se, em pleno século XXI, com cópias da lousa e cria-se tédio naqueles que são muito mais desenvolvidos do que meros copistas.

A mesma escola desconsidera o *bullying* porque está focada nos problemas que incidem diretamente ao ensino, ou seja, se atrapalhar a aula, este é o problema. Preso aos conteúdos tradicionais, o espaço dos sentimentos, das relações entre as pessoas, não tem vez ao menos com um século de atraso.

Como transformar essa realidade hostil? Temos realizado um trabalho sistemático em diferentes redes de ensino, públicas e particulares do Estado de São Paulo, com o intuito de garantir a formação de professores e sua participação na elaboração e construção de um projeto *antibullying* que preze pela convivência.

No ensino fundamental II, temos experiências que seguem os trabalhos do professor José Maria Avilés Martínez da Universidade de Valladolid, na Espanha, criador das “equipes de ajuda”. São estratégias pensadas para promover a participação daqueles que mais têm a contribuir para a superação do *bullying* – os alunos. Chamamos de *peer support* as estratégias de protagonismo em que alunos são escolhidos pelos pares e formados para ajudar aos precisam de ajuda – agressores, vítimas e espectadores.

Os resultados parciais de nossas investigações com as escolas brasileiras mostram que, efetivamente, os problemas de intimidação diminuem quando existe um trabalho em que a convivência seja desenvolvida, respeitada e difundida.

Luciene Regina Paulino Tognetta, doutora, docente do Departamento de Psicologia Educacional e do Programa de Pós-graduação em Educação Escolar (FCL/Unesp), Campus Araraquara

Ética e educação: eu e o meu colega

* **Sonia Maria Pereira Vidigal**

Uma vez que uma das atribuições da escola é preparar seus alunos para uma sociedade democrática, na qual se possa atuar e decidir em liberdade por objetivos comuns, mas, ao mesmo tempo, defender e realizar os interesses pessoais há de se considerar a dimensão ética.

Vale ressaltar que a dimensão ética não se desenvolve apenas na escola, mas este espaço se constitui um terreno extremamente fértil para desenvolver personalidades éticas, discutir temas controversos, refletir sobre a convivência e as relações interpessoais assim como experimentar formas respeitadas de conviver.

Aprender a respeitar e a ser respeitado, aprender a atuar democraticamente, aprender a falar com a própria voz, a defender o que é justo e o que é a sua própria responsabilidade é também um direito do aluno quando se pensa que a educação deve ser integral e contemplar a formação cognitiva, afetiva, social e moral.

Há muito tempo se sabe que o educador não é o detentor do saber e nem o único agente de formação de seus alunos. Dentre as várias formas de aprendizagem que se complementam, pode-se destacar a relação entre pares, que traz características muito especiais para propiciar o desenvolvimento de uma pessoa em todos os âmbitos. Uma dessas características é que, partindo da relação entre iguais, muitas vezes o conteúdo ganha mais significado e um dos motivos é haver uma aproximação do olhar.

O significado, decorrente das reflexões éticas, ganha sentido na medida em que se vive e se reflete a respeito de temas que envolvem a comunidade, possibilitando que princípios morais orientem a própria vida na busca do próprio caminho e de uma vida significativa.

O agir, o sentir, o mover, o falar e o pensar no mundo estão relacionados à forma com que se tecem as relações estabelecidas sobre o que se aprende e o que se vive. Nesse contexto, cabe propiciar que os alunos tenham a oportunidade de desenvolver práticas educativas que potencializem o benefício de trabalhar entre pares, não apenas no que visa ao desenvolvimento cognitivo e social, mas também no que se refere ao desenvolvimento de personalidades éticas e de promover espaços de convivência que sejam justos.

* **Sonia Maria Pereira Vidigal**, pedagoga, mestre e doutora em Educação pela USP, com estágio na Universidade de Harvard. Leciona em cursos de graduação e pós-graduação, além de atuar em formação de professores

Desenvolvimento emocional e aprendizagem

* **Regina de Fátima Migliori**

Nossas emoções resultam do julgamento que fazemos sobre as sensações e percepções como agradáveis, desagradáveis ou neutras. A partir daí, as emoções transcorrem em nossa mente como um fluxo contínuo.

Passamos a produzir uma proliferação de pensamentos, que se sucedem em um fluxo voraz e resultam em um determinado estado mental, que irá direcionar encaminhamentos internos no corpo e na mente, externando reações, respostas, ações e comportamentos de raiva, alegria, satisfação e insatisfação. Grande parte desses estados mentais gera reações inconscientes e automáticas.

A atenção sobre nossos estados mentais nos permite gerar respostas, ou seja, estamos conscientes do que sentimos e pensamos durante o processo decisório que gera uma fala, uma ação, uma conduta, buscando o melhor de si naquele momento.

Reação é um processo inconsciente e automático, resultante de condicionamentos do passado. A resposta resulta da tomada de consciência sobre a conexão entre a raiz interna, as causas e condições que ativaram essa raiz, e o resultado tanto interno como externo. A reação automática não permite escolha. A resposta é uma ação deliberada conscientemente.

Uma das faces importantes da educação emocional é a identificação do julgamento como o aspecto que desencadeia a proliferação de fluxos de pensamento que sequestram nossa atenção, mente e comportamento.

Desprender-se de julgamentos nos ajuda a ver as experiências como elas são em vez de identificá-las por meio dos filtros pessoais embasados em condicionamentos passados. Ao suspender o julgamento, deixando de classificar automaticamente os fenômenos mentais e os eventos da vida como positivos, negativos ou neutros, aceitamos o momento presente da forma como ele se apresenta.

Este estado de aceitação não significa passividade. Ao contrário, é um convite para um estado mental virtuoso. Trata-se de ver ativamente os fenômenos como eles são na realidade e, conscientemente, fazer a melhor escolha. A aceitação envolve um relaxamento do nosso autocentramento, ou seja, o mundo não gira em torno de nós mesmos e nem tudo o que ocorre tem a nós mesmos como foco. Sair de si mesmo e mergulhar no outro depende deste “relaxamento” da postura autocentrada, e resulta em altruísmo.

* **Regina de Fátima Migliori**, coordenadora do MindEduca, programa aplicado por milhares de educadores no Brasil e no exterior. Foi “case” na Universidade de Toronto e parceira convidada pela Universidade de Stanford.

O corpo na educação infantil

* **André Eduardo Trindade**

O brincar livre com o corpo permite a experimentação, a criatividade e a expressão. Aprender sobre o corpo permite a liberdade de escolhas e das tomadas de decisões que edificam a consciência de si e a participação pessoal do mundo.

Como e onde as crianças aprendem sobre o próprio corpo?

Observo, frequentemente, a preocupação de pais e professores com a desorganização corporal das crianças e suas atitudes de correção: “Senta direito, menino, endireita as costas.”

Quem ensina a criança a se sentar harmoniosamente, a segurar o lápis, a manter um bom posicionamento do corpo nas diferentes situações do dia a dia?

Essa é uma função do professor da sala de aula? Do especialista em educação física? A prática de atividades esportivas é suficiente para garantir uma boa postura? As crianças aprendem observando o corpo e as atitudes do adulto?

A postura infantil se apresenta extremamente prejudicada. Na maioria das desorganizações posturais, são observadas a perda do alinhamento do eixo do corpo, a diminuição da altura e a imagem de um corpo que não se sustenta bem sobre as pernas, busca apoios, se encosta e se esparrama por todo lado.

Dessa desorganização derivam outras, relacionadas ao funcionamento motor e psicomotor: há um grande número de crianças fisicamente agitadas, que não conseguem parar, estabanadas, que têm dificuldade de segurar o garfo, vestir suas roupas, se organizar na postura de estudo.

O desenvolvimento motor permeia as aquisições cognitivas e emocionais da criança ao longo da primeira infância.

O trabalho corporal dentro da sala de aula representa uma ferramenta importante para o educador.

A organização do corpo da criança a partir do trabalho sobre a postura, sobre a consciência corporal, sobre a coordenação motora fina e ampla, sobre as noções de lateralidade, de eixo central do corpo permitem uma melhor organização espacial do aluno e influencia significativamente no processo de aprendizagem.

A partir da reflexão sobre os desafios encontrados pelo educador em sala de aula, proponho uma série de atividades lúdicas, bem como relaxamentos e propostas de consciência corporal, a fim de fortalecer nos alunos a capacidade de concentração, de empatia, de relações do grupo e da diminuição da agressividade.

* **André Trindade**, autor, terapeuta e educador. Psicólogo (PUC-SP) e psicomotricista com formação em Cadeias Musculares e Articulares GDS (Bélgica)

Educação em direitos humanos durante o percurso escolar

* **César Aparecido Nunes**

Consideramos que a escola é uma das mais importantes instituições produzidas e estruturadas pelas sociedades e pela cultura humana, tanto para conservar e reproduzir as práticas sociais dominantes como para superar e transformar as práticas sociais usuais. Desse modo, educar em direitos humanos é um horizonte novo, posto pelas novas concepções voltadas para a educação e a escola.

A compreensão da educação como processo de *humanização*, isto é, de constituição do caráter propriamente humano de nossa identidade ontológica, nos desafia a pensar a necessidade de inserir a plataforma de conteúdos e de práticas que se reconhecem como direitos humanos no seio desse projeto e processo social e cultural.

Há hoje um novo sujeito social da realidade populacional e cultural do Brasil: a criança. Nosso país, detentor de uma identidade colonialista retrógrada, pré-moderna, mercantilista e exploratória, própria do projeto português monopolista, não assumiu o *ethos* dos “direitos das gentes”.

Entre nós prevaleceu a onipotência e a onipresença do Estado, mercador e demiurgo da sociedade. O rei, o Estado, é senhor de tudo e de todos. E esse seu senhorio totalitário se estende aos proprietários, aos vassalos, aos nobres, aos homens, aos adultos, enfim.

O lugar da criança, da mulher, do índio, do negro, dos mamelucos, dos cafuzos, dos mestiços e crioulos é a senzala, o presídio, o trabalho escravo, o castigo, a marginalidade.

Nessa tradição de Meninos de Engenho, de Capitães de Areia, de Pixotes, de Pivetes, de Guris, de Dadinhos e Zés Pequenos, de Candelárias macabras, de Febems e de distritos, cracolândias e praças livres, fizemos o contraponto do Estatuto da Criança e do Adolescente, estabelecemos os Conselhos de Direitos das Crianças e dos Adolescentes, firmamos os Conselhos Tutelares, as redes de Varas de Proteção à Criança e ao Adolescente, o Ministério Público e a Defensoria da Infância; a rejeição a toda violência contra a criança, aos maus-tratos, à exploração sexual e ao perverso trabalho infantil.

* **César Aparecido Nunes**, licenciado em Filosofia, História e Pedagogia. Mestre, doutor e livre-docente em Educação e professor titular de Filosofia da Unicamp. Atua nas áreas de formação de professores e ética

Ação política e ética dos direitos humanos

* **Paulo Artur Malvasi**

Historicamente, podemos dizer que a democracia se constituiu de inúmeros discursos e instituições, acrescidos na modernidade por uma novidade fundamental – os direitos humanos. São direitos que surgem com o objetivo de moderar a ação dos governantes. Sua relevância – dos direitos humanos – está em abordar a questão do poder político da perspectiva dos que estão fora das instituições, protegendo inclusive aqueles que de alguma maneira não usufruem da plena cidadania.

Os direitos humanos surgiram, por meio dos direitos individuais, como valores limitantes da força do Estado e, posteriormente, para se contrapor aos abusos dos regimes totalitários e, mais tarde, dos estados autoritários.

No século XX, especialmente após a Segunda Guerra Mundial, os direitos humanos tornaram-se uma marca da ação política. O que mais marcou a política moderna não é o procedimento da representação política, como propõem vários pensadores, mas a inclusão dos valores de humanidade no agir.

O conceito de política como o agir entre outros compreende os valores de humanidade não só como parte de um regime político, mas como processos contingentes e singulares de ruptura com o vigente, um agir da transgressão de antigos valores e de criação do novo. Sua razão repousa no princípio primeiro da igualdade.

O *demos* é a parte da comunidade que nomeia o conjunto das pessoas sem títulos e identifica a democracia com os injustiçados, vítimas da outra parte, ou seja, dos que têm algo, os proprietários, detentores de títulos. Uma política dos valores de dignidade humana denota a ação de privilégio do injustiçado e de reparação da injustiça sofrida.

A partir das declarações de direitos, a vida de cada indivíduo passou a ser considerada nos cálculos do agir político, pois passou a ser suficiente o nascimento para conferir direitos relativos a sua condição humana. O movimento das categorias formadoras da esfera pública na democracia moderna coincide com a transformação da vida de cada um em atos do sujeito político.

A maior marca da democracia dos direitos humanos é a liberação da vida, valorizando a liberdade e a felicidade dos homens no mesmo espaço onde se imagina sua submissão às regras.

* **Paulo Artur Malvasi**, antropólogo, pesquisador do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap), professor do Departamento de Saúde Coletiva da Santa Casa de São Paulo

Importância dos bens materiais e imateriais para a construção da identidade da escola

*** Maria Aparecida Lima dos Santos**

Intelectuais e gestores do patrimônio têm forjado uma noção mais processual e simbólica de cultura como o universo da criação, transmissão, apropriação e interpretação de bens simbólicos e suas relações. A mesma passa a ser definida como aquilo que, ao logo dos tempos, pôde aceder a uma existência pública, virtualmente comunicável e memorável, cristalizando-se nos saberes cumulativos e controláveis, nos sistemas de símbolos inteligíveis, nos instrumentos aperfeiçoáveis, nas obras admiráveis.

A própria noção de patrimônio transforma-se e passa a ser definida como o conjunto de narrativas, de comportamentos, de bens, de objetos ou de testemunhos que assumem a representação de valores simbólicos e que por isso permitem a criação de uma identidade que une e fortalece culturalmente o grupo que os detém. Forjam-se os conceitos de cultura material e imaterial e novas possibilidades de olhar, de sentir e de compreender o passado, o presente e o futuro constituem-se.

Similarmente, no espaço da escola uma série de ressignificações têm ocorrido. A centralidade da cultura salientou o papel que essa instituição possui em reproduzir e perpetuar práticas culturais.

Vislumbrou-se a existência de uma cultura escolar portadora de uma configuração específica, se tornando cada vez mais visível a primazia, em seu discurso, de elementos que remetem à cultura euro-ocidental (branca, masculina, cristã, capitalista, predatória, racionalista, dentre outros) na transmissão de conhecimento, silenciando outras culturas, ou tratando-as como inferiores.

Configura-se, dessa forma, uma relação conflitiva entre a cultura escolar e as demandas que irrompem a instituição pelo reconhecimento da diversidade cultural, na medida em que a mesma tem servido de aporte para a reprodução de valores muitas vezes associados apenas a uma certa forma de compreender as relações sociais no mundo.

Por esse ângulo, pensarmos o valor e a importância da cultura material e imaterial pode significar também ressaltar o quanto à perspectiva eurocêntrica tem subsidiado práticas de apagamento de manifestações como estratégia política de dominação.

** Maria Aparecida Lima dos Santos, graduada em História, mestre e doutora em Educação pela USP, docente da Faculdade de Educação da UFMS, pesquisadora do Oficinas da História (UERJ), do Neabl/UFMS e líder do Gepeh/UFMS*

Patrimônio cultural e educação

* **Bernadete Aparecida Caprioglio de Castro**

Patrimônio cultural leva em conta o patrimônio material e imaterial das populações locais, regiões ou países, sugerindo o seu entendimento como categoria para pensar indivíduos e grupos, assim como suas ações, envolvendo uma dinâmica passado-presente.

A cultura e a natureza são indissociáveis na constituição da noção de patrimônio. O patrimônio cultural é herança e posse de grupos étnicos e coletividades que permite criar e conduzir suas demandas no sentido do empoderamento. Os conteúdos da cultura material e imaterial se distribuem espacialmente definindo territorialidades e formas de pertencimento.

Os bens significativos e passíveis de preservação não podem estar separados dos indivíduos, pois fazem parte da construção de sua identidade. Esses bens estão representados nos objetos, na memória, nas festas, músicas, religiosidade e nas paisagens construídas pela sociedade. Expressam formas de agir e pensar o mundo.

Dentro de uma visão dinâmica sobre o patrimônio cultural e seus bens, deve-se levar em conta o conhecimento das populações locais sobre sua trajetória, suas representações socioespaciais e seu cotidiano.

O patrimônio cultural está corporificado nos homens e mulheres do/no cotidiano e se apresenta como singularidades; se expressa por meio de saberes, práticas e representações pertencentes a determinado grupo social.

A arquitetura, monumentos, narrativas, e a arte dos museus e das ruas possibilitam a reconstituição de espaços físicos materiais e simbólicos que tornam ativos o sentimento de pertença. O imaterial ou intangível compreende também as tradições de uma população, que podem ser ressignificadas em novos contextos sociais.

A cultura imaterial é representada por valores, crenças e práticas de uma coletividade. É algo que se manifesta internamente aos indivíduos como parte de sua identidade, da sua experiência cotidiana, cuja experiência envolve também o espaço escolar.

A produção de conhecimento sobre a realidade social e cultural faz parte do saber sistematizado pelas ciências e pela educação formal, mas se estende também a uma esfera de significados e sentidos nos quais a valorização do patrimônio contribui ao processo de formação moral dos indivíduos.

* **Bernadete Aparecida Caprioglio de Castro**, antropóloga, professora da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Departamento de Planejamento Territorial e Geoprocessamento) - Rio Claro. Pesquisadora dos temas: patrimônio cultural e território, campesinato brasileiro, dinâmicas culturais e políticas públicas; docente dos programas de pós-graduação em Geografia (IGCE-Unesp) e em Desenvolvimento Territorial (IPPRI-Unesp)

Múltiplas maneiras de pensar, agir e sentir na elaboração do projeto pedagógico

*** Celso dos Santos Vasconcellos**

Conforme o processo educativo na escola avança, sente-se a necessidade de explicitar mais precisamente as opções, sistematizar as práticas, os princípios educativos, enfim, o projeto político-pedagógico. É comum o descompasso entre a riqueza de caminhada da escola e a limitada explicitação formal dos princípios.

Investir na sistematização é fundamental para balizar os avanços, para fazer a memória do sentido, num mundo tão fragmentado e alienante, assim como para servir de referência aos novos companheiros de trabalho que foram (e ainda serão) incorporando-se às escolas nas mais diversas funções.

Procura-se reconhecer, desde o início, as diferentes trajetórias (currículos) dos educadores e das escolas, o que implica múltiplas possibilidades de leitura e de diálogo. O que se busca é que cada professor, cada educador – pessoal e coletivamente –, de alguma forma, se sinta acolhido em sua realidade, seja em termos de dificuldades, angústias, desafios, quanto de compromisso, alegrias, conquistas, lutas e práticas inovadoras.

A imagem que costumamos usar neste processo é a da caravana (como nos apresenta o folclore da colonização americana). Na caravana, consegue-se identificar que há um coletivo que caminha junto, numa determinada direção. Só que tem gente que está lá na frente, tem gente que está no meio, outros estão mais para trás. Mas, todos fazem parte da mesma caravana.

Alguns educadores têm uma experiência vastíssima nesse campo: já têm feito, refeito, assessorado, acompanhado o desenvolvimento de projetos político-pedagógicos. Outros viram na faculdade, mas ainda não vivenciaram este processo de construção numa escola concreta. Há uma diversidade de situações. O interessante é que, embora cada educador/participante faça o seu movimento, de acordo com sua realidade, realiza-se um grande movimento no conjunto da escola.

O percurso concreto que se faz, o modelo que se segue, o método que se utiliza, pode ser diferente, mas, qualquer que seja o instrumento, o projeto deve contemplar três dimensões básicas: projeção de finalidade, análise da realidade e formas de mediação.

Na perspectiva do planejamento participativo, denominamos estas três partes, respectivamente, marco referencial, diagnóstico e programação.

** Celso dos Santos Vasconcellos, doutor em Educação pela USP, mestre em História e Filosofia da Educação pela PUC-SP, pedagogo, filósofo, pesquisador, escritor, conferencista, professor convidado de cursos de graduação e pós-graduação, consultor de secretarias de educação, responsável pelo Liberdade - Centro de Pesquisa, Formação e Assessoria Pedagógica*

Projeto político-pedagógico: um documento e um movimento participativo

* **Ilma Passos Alencastro Veiga**

Este texto trata do projeto político-pedagógico como um documento e um movimento participativo. Como documento não se reduz à dimensão pedagógica, nem muito menos ao conjunto de projetos especiais e planos isolados de cada professor em sua sala de aula. É um processo-produto específico que reflete a realidade da escola e suas relações internas e externas. É clarificador e norteador da ação educativa da escola em sua totalidade.

O projeto político-pedagógico não é um documento acabado, mas um movimento participativo em contínua transformação. Tendo clareza sobre essa relação documento-movimento, a escola, como espaço instituído para educação de crianças, jovens e adultos, saberá que a melhoria de qualidade do processo educativo ocorre pela “ação determinada e comprometida daqueles que nela se interagem e não por meio de determinações externas e alheias aos significados políticos e culturais desses sujeitos” (Santiago, 2001, p.145).

Nessa perspectiva, o objetivo do presente texto é refletir sobre a relação entre o instituído e instituinte e as dimensões do movimento coletivo do projeto político-pedagógico.

O instituído e o instituinte são duas dimensões que devem ser trabalhadas dialeticamente, porque constitui a referência dos novos elementos que operam com o instituinte. É a partir do instituído que o projeto se constrói como instituinte. Assim, a reflexão em torno do projeto político-pedagógico cresce no momento em que o movimento entre instituído e o instituinte vem avançando e mostrando cada vez mais a necessidade de tornar assim como a sala como espaços da prática pedagógica, considerando-os como ponto de partida, como locus da inovação.

Com o movimento entre o instituído e o instituinte, teremos uma imagem de escola, que procura transformar em instituinte o que foi instituído por meio de um processo transparente, participativo e legítimo.

O movimento coletivo é um recurso teórico-metodológico que explicita as finalidades e os objetivos, as orientações, os fundamentos epistemológicos de uma concepção educativa. É um movimento institucional, extrapola o interpessoal visando atingir a organização do trabalho pedagógico e as funções precípuas da escola.

* **Ilma Passos Alencastro Veiga**, licenciado em Pedagogia pela PUC-GO, licenciada em Educação Física pela Esefego, mestre em Educação pela UFSM, doutora e pós-doutorada em Educação pela Unicamp

Autismo e aprendizagem

* **Antonio Eugênio Cunha**

O transtorno do espectro autista atinge milhões de pessoas no mundo, causando consideráveis dificuldades na interação social e na comunicação. Ele tem demandado estudos e indagações, permanecendo ainda desconhecido de grande parte dos educadores.

Há hoje no Brasil, um crescente movimento em direção à organização de espaços educativos que atendam às demandas da inclusão escolar. A atenção às diferenças ganha centralidade nas discussões. A igualdade e o direito, muitas vezes preteridos no ensino das pessoas com deficiência ou com transtornos comportamentais, entram na pauta iminente da educação, pela necessidade da preparação dos espaços escolares e dos profissionais docentes, para um ensino que contemple a diversidade. São esforços que têm no seu mote os desafios impostos pelas questões que emergem da família, da sociedade, da cultura e das minorias no contexto dos direitos do indivíduo.

A Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Trata-se de um avanço na consolidação de políticas públicas inclusivas, sem preconceitos e distinções.

Diante dos grandes desafios suscitados pelas políticas educacionais inclusivas, perguntamos: como o autista aprende? Como ensiná-lo? Quais estratégias professores, gestores, pais e demais familiares podem utilizar para a sua efetiva inclusão escolar e social. O nosso objetivo é debater as possibilidades de aprendizagem do aluno autista, através de um olhar pedagógico.

As condições para a construção curricular, mediante currículo adaptado e funcional; as questões ligadas às disfunções sensoriais e à alimentação. O que fazer diante de comportamentos disruptivos?

Como estabelecer um ambiente adequado em sala de aula? A importância do mediador escolar e do afeto como elemento essencial na relação entre docente e discente.

Faz-se necessário ressaltar que qualquer esforço para situar as práticas de ensino será de pouco efeito se não estabelecer vínculos com situações concretas da escola. Afinal, educar o aprendente com autismo é constituir uma relação dialógica; uma relação dialógica que pressupõe um jeito diferente de aprender e um jeito diferente de ensinar.

* **Antonio Eugênio Cunha**, doutor em educação, professor do ensino superior e da educação básica e autor dos livros “Afeto e aprendizagem”, “Autismo e inclusão”, “Práticas pedagógicas para inclusão e diversidade” e “Autismo na escola”

Quarta-feira, 25/10

Educação básica na contemporaneidade: nova Base Nacional Comum Curricular

*** Vasco Pedro Moretto**

Resultados de avaliações nacionais e internacionais mostram que a educação brasileira requer mudanças. A proposta da nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC) tem por objetivo orientar essas mudanças ao afirmar que “... a BNCC está estruturada de modo a explicitar as competências que os alunos devem desenvolver ao longo de toda a educação básica e em cada etapa da escolaridade.”

O conceito de competência está expresso na LDB (artigos 32 e 35): “Na educação formal, os resultados das aprendizagens precisam se expressar e se apresentar como sendo a possibilidade de utilizar o conhecimento em situações que requerem aplicá-lo para tomar decisões pertinentes. A esse conhecimento mobilizado, operado e aplicado em situação se dá o nome de **competência**.” Dito de outra forma, competência é a capacidade de o sujeito mobilizar recursos para resolver situações complexas.

O desenvolvimento das competências propostas na BNCC visa à formação humana integral dos sujeitos da aprendizagem para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.

A sociedade contemporânea impõe um olhar inovador e inclusivo a questões centrais do processo educativo: o que aprender, para que aprender, como ensinar, como promover redes de aprendizagem colaborativa e como avaliar o aprendizado.

No novo cenário mundial, se comunicar, ser criativo, analítico-crítico, participativo, produtivo e responsável requer muito mais do que a acumulação de informações.

Para que as mudanças na educação ocorram, é necessário que a BNCC seja compreendida como um novo modelo, que promova a aprendizagem compreensiva e criativa. Nele, o aluno participa de sua aprendizagem como sujeito ativo e participativo e não apenas receptor-repetidor de informações.

O título “Base Nacional Comum Curricular” pode levar a uma falsa interpretação da proposta, como se o Governo quisesse implantar uma educação “tamanho único”, onde todos aprendessem os mesmos conteúdos, ao mesmo tempo, da mesma forma. O que há de “comum” são as diretrizes, as competências gerais, as habilidades, princípios. O que é diversificado são os currículos, que deverão ser adequados ao contexto social e à cultura. A adequação curricular se faz no projeto político-pedagógico de cada escola.

** Vasco Pedro Moretto, mestre em Didática das ciências pela Universidade Laval, Québec, Canadá. Licenciado em Física pela Universidade de Brasília (UnB), especialista em Avaliação Institucional pela Universidade Católica de Brasília (UCB) e autor de várias obras sobre Educação*

BNCC: qual é mesmo o ponto de partida?

* **Sandra Maria Tedeschi**

A discussão que envolve a reconfiguração dos currículos no Brasil a partir da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) tem o objetivo de incorporar as sugestões críticas de profissionais ligados às áreas da educação e da sociedade civil.

Como política pública, que visa à melhoria da educação e a universalização do sistema de ensino básico brasileiro, composto de aproximadamente 190 mil escolas (em todos os níveis), este debate é de extrema relevância, pois se diferente dos Parâmetros Curriculares Nacionais, das Diretrizes Curriculares, entre outros dispositivos oficiais, A BNCC terá força de lei, definindo e organizando a escolarização básica, portanto, o que os alunos aprenderão, obrigatoriamente.

Na terceira e última versão da BNCC (06/04/2017), encaminhada para o Conselho Nacional de Educação (CNE), a análise e emissão de parecer antes da sua homologação traz concepções dissonantes da realidade objetiva das escolas. Um deslocamento ideológico e neutralizante, que se traduz no pareamento curricular como ponto de partida para todas as escolas do território nacional.

A discussão, na esfera curricular, deve ir além do normativismo que uniformiza e caracteriza a natureza da base e dos currículos a serem construídos pelas escolas. O ponto de partida do documento é o mesmo para todas as instituições educativas existentes no país, para seus agentes, alunos e comunidade.

Há, porém, diferenças estruturais neutralizadoras da BNCC em relação à realidade vivida por estes sujeitos em seus territórios, entre os saberes adquiridos e o aprendizado das competências e habilidades previstas no documento, às condições estruturais das escolas, ao capital e à política cultural do nosso país no que se refere ao acesso aos bens culturais, ao fomento à cultura, investimento e preservação do patrimônio cultural nacional, à falta de investimento na formação de professores; à lei de redistribuição de gastos do governo, que congela o investimento em educação para os próximos 20 anos (início em 2018) e, portanto, o investimento fundamental na escola pública.

As condições para a implementação da BNCC são distintas, assim com seu propósito político-ideológico, assentado no potencial discurso homogeneizador e neutralizador do capital cultural.

* **Sandra Maria Tedeschi**, doutorada e mestre pela PUC-SP na área da Educação (Currículo), psicopedagoga, pedagoga, educadora física e coordenadora pedagógica da Prefeitura de São Paulo

A diversidade humana na educação

* **Paulo Edison de Oliveira**

A palavra diversidade prefigura na contemporaneidade o grande desafio de pensar a alteridade. É indiscutível a compreensão de que somos únicos, mas, historicamente, os seres humanos constroem identidades. Por mais contraditório que pareça, as pessoas criam pertencças, formam comunidades imaginadas e buscam se agrupar, algumas constituídas de características fenotípicas como a cor de pele ou características físicas, geracionais (crianças, adolescentes, idoso) ou pela condição de opressão a que estão submetidas.

Os indivíduos tentam se identificar como pertencentes a algum grupo, mas isto é pouco para definir o que somos, e ousamos constantemente renegociar estes pertencimentos, por isso, falamos de identidades. Em outra perspectiva, os estados nacionais estão em crise, tanto pelas clivagens sociais que fomentam como a falaciosa ideia de bem comum.

A compreensão de que devem lutar por políticas públicas, redução de impostos e subsídios gerou uma disputa fratricida pelos recursos escassos do Estado, de maneira a exaurir parte da identidade nacional. Neste bojo encontramos a escola brasileira, com suas particularidades: a inclusão nas últimas décadas dos filhos dos imigrantes e das diversas classes sociais e, não obstante, uma variedade de jeitos de ser jovem, fruto dos novos modos de vida oriundos dos choques culturais da mundialização.

A escola pública vivencia este conjunto de contradições sociais, assim como, de uma cultura juvenil marcada por simbolismo próprio, centrado na imagem, nas novas tecnologias e formas de sociabilidade.

O grande desafio da escola do século XXI é lidar com estes novos modos de convivência conflituosos que nos provoca a pensar um novo paradigma: ensinar a conhecer, a conviver, a ser e a fazer. Transcender a aprendizagem cognitiva e cidadã para uma relação de alteridade.

O professor passa a ser o mediador do conhecimento, um agente facilitador que orienta estes jovens a experimentar o diálogo com os diversos saberes. Um ser humano que promove espaços de convivência e faz mediação de conflitos, independentemente de suas crenças, que se abre para o novo, e possibilita que uma nova geração elabore uma sociabilidade sem estereótipos, onde a diferença não seja sinônimo de desigualdade.

* **Paulo Edison de Oliveira**, ativista da luta antirracismo, antropólogo pela PUC-SP, especialista em “Economia solidária” e “Tecnologia social” (Unicamp), trabalha com educação e políticas públicas desde 2002

A ética no cotidiano da sala de aula: questões e práticas curriculares

* **Paulo Crispim Alves de Souza**

Em um contexto de grande polarização, na qual os discursos e as práticas de ódio estão presentes no cotidiano escolar, se torna premente o debate acerca dos temas clássicos que caracterizam a relação entre ética e educação, bem como apresentar estratégias práticas para o cotidiano da sala de aula.

Em um território marcado pela exclusão social, cultural e econômica, que segue massacrando os mais pobres em pleno século XXI, é necessário resgatar e desconstruir o mito criado pelas elites intelectuais do país que, por sua vez, vem sendo capaz de mantê-las vinculadas e alinhadas ao longo processo de formação da nação. Para isso, é preciso buscar na história dos afro-brasileiros e indígenas o reconhecimento e os desafios que perpassam a luta incessante destes grupos por reconhecimento e acesso aos direitos, que o foram historicamente negados neste país. Esses e outros conflitos de ordem étnico-racial, de gênero, classe social, dentre outros, são questões éticas que perpassam boa parte dos conflitos apresentados ao educador em sua prática escolar.

A representação de um país miscigenado, alegre e plural segue com força no imaginário popular. Esta narrativa que valoriza a mistura e a diversidade, no entanto, acoberta o genocídio impetrado pelas elites dominantes brasileiras nestes cinco séculos de história pós-dominação colonial. A violência se perpetua, com um nítido recorte étnico-racial, como podemos constatar, por exemplo, na forma de execuções de jovens nas periferias das grandes cidades e de povos indígenas na luta e defesa de suas terras. Também é representativo desta crueldade o sistema educacional, que reproduz historicamente discursos e práticas eurocêntricas, que desvalorizam e ignoram os saberes e as contribuições de nativos e desterrados em todas as esferas de nossa sociedade.

A partir do significado clássico do termo ética, entendido como a busca pela harmonia, a convivência respeitosa, o respeito às diferenças e a mediação de conflitos que, por sua vez, são inerentes ao cotidiano escolar.

A explanação busca destacar e pensar sobre os valores em disputa em tempos de grandes ataques aos direitos sociais duramente conquistados.

* **Paulo Crispim Alves de Souza**, historiador, mestre pela UFABC, professor no ensino médio, autor de livro sobre educação em direitos humanos

Habilidades e competências do século XXI: como ajudar nossos alunos a desenvolvê-las

* **Miler Rodrigo Pereira**

“O ser novo que a ação coletiva, por via da educação, edifica em cada um de nós representa o que há de melhor em nós, o que há em nós verdadeiramente. O homem, com efeito, só é um homem porque vive em sociedade”. Émile Durkheim

Na atualidade, a maior chance de sucesso no acesso e permanência no mercado de trabalho, recai sobre as pessoas mais preparadas em termos de conhecimentos e habilidades. Contudo, a partir de dados de pesquisas em todo o mundo, estima-se que 200 milhões de jovens e adolescentes, inclusive aqueles que terminaram o ensino médio, não reúnem o mínimo esperado de habilidades para suas vidas e empregos.

Sob esta perspectiva, pode-se verificar uma grande variedade de linhas de pesquisa com o olhar nas competências cognitivas, estabelecendo sua importância não somente no nível individual como social e econômico. Entretanto, no passado não havia o reconhecimento da importância das competências sociais e emocionais para o indivíduo na esfera pessoal, empresarial e social, se limitando à exigência de preparação acadêmica e tecnológica para o sucesso profissional.

A partir disso, aumentam expressivamente os estudos a despeito do desenvolvimento dessas habilidades não cognitivas. Assim, o Fórum Internacional de Políticas Públicas “Educar para as competências do século 21”, realizado no Brasil, em 2014, é uma das iniciativas que dão destaque a esse tema.

Nesse evento, Barbara Ischinger Diretora de Educação da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) ressaltou a importância das competências socioemocionais para o crescimento econômico-social sustentável, indicando a necessária combinação adequada de competências para as pessoas se adaptarem às transformações recorrentes dos mercados e para alcançarem mais altos resultados sociais possíveis para si, família e comunidades (OCDE, 2014).

Nesse sentido, ressaltou-se que para o bem estar individual, progresso social e para atividade profissional as competências socioemocionais são tão relevantes e significativas quanto as cognitivas. Assim, reforça-se a necessidade de promover esforços educacionais em desenvolver tais competências.

* **Miler Rodrigo Pereira**, doutor em Ciências pelo Instituto de Biociências da USP, mestre em Ciências pela FMVZ (USP), pedagogo, biólogo, pesquisador, revisor de livros didáticos, professor universitário e coordenador pedagógico

*** Paulo Sérgio Bedaque Sanches**

Os antigos currículos eram focados muito mais em conteúdos do que no desenvolvimento de habilidades e competências para a vida. Mas ocorre que no mundo real não existem Física, Química, Matemática, História, Geografia etc. Existem isso sim, rios, florestas, inflação, desemprego, lançamento de satélites, curas de doenças etc. A divisão por disciplinas, se por um lado, favorece o Ensino, não traz garantias de que se formará automaticamente uma ponte com o mundo real. Por isso, o educador do século XXI tem que planejar seu trabalho mirando um horizonte mais amplo e mais sintonizado com o mundo. Quando a escola olha para dentro de si deveria enxergar o mundo externo, mas o que ocorre é que ela cria seu próprio mundo, abstraindo o fato de que o aluno será devolvido para a sociedade.

As tarefas docentes tradicionais se resumiam à transmissão de informações, que não eram necessariamente conhecimentos, e a averiguação do quanto disso tudo o aluno assimilou. Hoje em dia não temos dúvida do quanto isto é insuficiente. O conteúdo continua sendo importante, mas o trabalho pedagógico tem que ser planejado e conduzido de modo a que essas informações se transformem em conhecimento, o que implica em o aluno adquirir as ferramentas básicas que lhe permita tomar as rédeas de sua educação, como o principal componente de sua formação para a vida plena em sociedade.

A escola tradicional era pautada pelo “Ensino” e não pela “aprendizagem”. O professor “ensinava”, mas não havia garantias de que o aluno “Aprendia”. A simples cobrança de conteúdos “ensinados” não garante a aprendizagem. E o que podemos fazer, como educadores, para mudar esse quadro? O que pode ser incorporado à prática pedagógica para trocar o referencial, do “ensinar” para o “aprender”? Não estamos contando com nenhuma teoria revolucionária, mas sim, com mudanças cotidianas em nossa prática pedagógica. Nunca o professor precisou estar tão antenado com o mundo. Nunca o professor precisou tanto gerar ele próprio conhecimento. Nunca o aluno precisou tanto se transformar em estudante.

Professor, assuma o seu papel de intelectual no processo, trabalhe para que o aluno seja protagonista de seu próprio aprendizado.

*** Paulo Sérgio Bedaque Sanches**, bacharel em Física (IF-USP), licenciado em Física (FE-USP), mestre em Educação (Uned-Madri-Espanha), autor e co-autor de livros didáticos

Política de uso das redes sociais na escola pública

A pedagogia das redes sociais nas escolas

* **Luis Nassif**

O uso das redes sociais nas salas de aula permitem duas formas de pedagogia.

A primeira, das normas de boa convivência social na rede. A rede deve ser entendida como um espaço de busca e construção do conhecimento, de colaboração, de embate construtivo de ideias, e não como um ring de vale-tudo.

O primeiro passo para uma pedagogia das redes sociais é definir projetos a serem desenvolvidos por alunos, em torno de temas concretos, de preferência ligados ao seu dia a dia, da sua família e do seu bairro.

Depois, desenvolver uma estrutura do projeto, criando uma narrativa, ou hipótese de trabalho, que permita ao aluno pesquisar com objetividade os temas propostos.

Trata-se de passo central, já que com a abundância de informações disponíveis, o grande desafio é a construção de raciocínios capazes de contextualizar os dados levantados.

Como as narrativas não podem ser estáticas, mas subordinadas ao conteúdo levantado e às mudanças de enfoque trazidas pelo aprendizado, devem ser revistas periodicamente. Definido o escopo da pesquisa, os alunos vão a campo buscar informações.

Nesse ponto, é importante o papel do educador, ensinando-os a conferir a veracidade das notícias, apontando os vieses dos diversos veículos, os sites fake da Internet, as armadilhas da informação.

Ponto central será o balanço dos dados levantados e a confrontação entre fatos e ideias conflitantes.

O uso de instrumentos pedagógicos, como tabelas nas quais entrem a coluna do tema, a coluna da opinião 1, a coluna da opinião 2 e assim por diante, até a coluna síntese, permitirá ao aluno, através das análises de caso, exercitar seu espírito crítico e sua abertura para aproveitar as várias versões do fato e saber concluir na sua versão. Ou não, desde que entenda que não existem verdades absolutas.

Finalmente, o acesso a pessoas públicas, através das redes sociais, a solicitação de entrevistas ou depoimentos, estimulará os alunos a saírem da toca e quebrarem o mito da divindade que cerca esses personagens. Ele precisa sentir que, através da janela do computador, ele terá o mundo ao seu alcance.

* **Luis Nassif**, jornalista pela Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo (USP) e diretor-presidente da Agência Dinheiro Vivo

Redes sociais: espaços de aprendizagem a partir das diferenças

* **Mary Grace Pereira Andrioli**

Em tempos em que as redes sociais estão presentes em todos os segmentos e definem cada vez mais a forma como interpretamos e atuamos no mundo, há três aspectos relevantes que devem ser alvo de reflexão: o seu potencial representativo, a facilidade de acesso e participação nestes ambientes e o seu vasto potencial pedagógico.

Hoje, informações são acessadas e compartilhadas com facilidade no Facebook, Youtube, WhatsApp e tantas outras plataformas por idosos, pessoas com deficiência, crianças, jovens e adultos com diferentes trajetórias de vida, escolaridade e concepção política. Mesmo os não letrados conseguem publicar e realizar pesquisas via comando de voz e pessoas com limitações físicas se comunicam e compartilham suas ideias utilizando teclas de atalho. Desse modo, podemos contar com imagem, escrita, som e movimento de quem pensa como nós e de quem pensa muito diferente, onde o que menos importa são as características de quem escreveu.

Há ainda os ativistas, pequenos empreendedores, grandes grupos empresariais e de comunicação, políticos e tantos outros que utilizam estes espaços para formar opiniões, definir tendências ou o rumo político do país.

Se por um lado, as redes sociais recebem com facilidade a diversidade, no que se refere ao seu acesso e direito de publicação, a escola segue pouco aberta às diferenças, onde muitos estudantes mal conseguem se expressar e ainda predominam atividades baseadas em lápis/caderno, giz e lousa.

As redes são fáceis de utilizar e nos dão a sensação de que podemos nos expressar. Por sua vez, também são dispersivas, “incontroláveis”, com um vasto conteúdo. Se diminuem distâncias e rompem barreiras, também deixam pessoas de todas as idades perdidas e muitas vezes sem foco.

Temos de permitir que estes desafios sejam refletidos dentro da escola e para além de seus muros. É neste espaço que podemos aprender a lidar com as diferentes formas de dar voz e vez a todos e ao mesmo tempo refletir sobre as armadilhas presentes nas redes sociais, utilizando o seu potencial pedagógico em prol do desenvolvimento das habilidades de pesquisa, comunicação e compartilhamento de conhecimentos como forma de transformação social.

* **Mary Grace Pereira Andrioli**, doutora em Educação, mestre e pedagoga pela USP, docente no curso de Pedagogia e pesquisadora na área de Educação, Tecnologia e Inclusão no Instituto Federal de São Paulo

Relações interpessoais na escola

* **José Carlos Martins da Silva**

As relações interpessoais fazem parte de todo processo de socialização dos indivíduos. Elas garantem a transmissão socio-cultural e desenvolvimento da humanidade. Quando “saúdáveis” fortalecem a criatividade, a estima e participação efetiva naquilo/onde estão ocorrendo.

Elas dão sentido à unidade dentro da diversidade. Seus movimentos permitem uma sintonia com a realidade localizando, respondendo às diferenças responsabilizando os envolvidos na construção do processo interativo. Afirmamos, pois, que estas trocas de experiências dão sentido à RESPONSABILIDADE. Há um papel e um compromisso inerente a cada sujeito que, no movimento de trocas, vão se ampliando e modificando o repertório dos envolvidos. Mas no que as relações interpessoais podem gerar doenças?

O humano tem suas dificuldades, sua história, seu processo de “amadurecimento”. Muitas vezes estas vivências são carregadas de “jogos ocultos” que justificam a posição existencial do sujeito. Eles aparecem tanto no discurso verbal como no não verbal. Não podemos afirmar que sejam conscientes mas todos têm o objetivo de travar as relações.

A partir deles papéis de vítimas, perseguidores, salvadores vão se solidificando e buscando “aliados” para a continuidade de uma relação que não leva a resultados promissores. Geram conflito, formalismo, opressão, competição, agressão como resultado do processo não saudável. Cuidar destes dificultadores, cuidando para não entrar no “jogo” é um caminho excelente para uma relação saudável.

* **José Carlos Martins da Silva**, historiador, pedagogo, psicólogo, membro da Unat, especialista em análise do discurso, formador de gestores e professores

* **Álvaro Chrispino**

Não há dúvida quanto a emergência do tema violências escolares no universo escolar. Desde a formação inicial e continuada de profissionais da educação até os espaços de convivência escolar em todos os níveis, o tema precisa fazer parte das rodas de conversas e temas de qualificação profissional.

Não há quem esteja imune a esta experiência, independentemente do nível de ensino que atue, turno, ou mesmo se a escola é dita pública ou chamada particular.

Há, sobre o tema, um grande número de estudos em diversos países, alguns robustos e outros mais incipientes. Entretanto, parece haver um consenso entre os autores das diversas correntes que caracterizam a área: A manifestação violenta do conflito se dá quando da ausência ou fracasso do diálogo entre os atores educacionais envolvidos.

A “caixa de ferramentas” da comunicação eficaz, como escuta ativa e mensagem na primeira pessoa, por exemplo, precisa ser disponibilizada para profissionais da educação, assim como deve fazer parte das ações curriculares a fim de alcançar os alunos, favorecendo uma formação cidadã e uma preparação mais adequada para a construção de relações sociais éticas.

Por mais complexo que seja o problema das violências escolares, ele não pode ser agravado pela incapacidade dos atores educacionais se comunicarem sobre as violências que sofrem ou sobre as violências que observam no entorno escolar.

Álvaro Chrispino, doutor em Educação pela UFRJ, professor do Cefet/RJ (ensino médio e doutorado). Possui livros e artigos sobre ensino de Ciências (CTS), políticas educacionais e mediação do conflito escolar

Jogos e brincadeiras na educação infantil e no ciclo de alfabetização

* **Beatriz Ferraz**

Os jogos e as brincadeiras de faz de conta são, por si só, experiências que convidam as crianças para uma participação ativa em suas aprendizagens. Ao jogar as crianças exploram, se comunicam, fazem perguntas, refletem sobre a realidade e as culturas com as quais convivem e, por meio dessas experiências, podem aprender sobre a linguagem ao mesmo tempo em que se desenvolvem psicologicamente e socialmente.

As crianças jogam com a linguagem desde muito cedo. Ainda bebês brincam com os sons e com os ruídos que produzem em seus balbucios, apreciam e se divertem com as canções que lhes são apresentadas, imitam sons e ruídos dos animais, da sirene, do telefone... E, nesse jogo ativo com a linguagem, seguem, conforme se desenvolvem, produzindo jogos de linguagem cada vez mais sofisticados como, por exemplo, quando cantam brincando com as vogais, ou trocando rimas, ou mesmo, inventando palavras.

O próprio brincar de faz de conta, típico da infância, carrega consigo aprendizados altamente significativos da linguagem. Empreender uma brincadeira com enredo, personagens, negociações entre os participantes é, sobretudo, uma questão de comunicação! E, nesse contexto, podemos dizer que a brincadeira é uma experiência de comunicação e, conseqüentemente, de aprendizagem da linguagem.

Incentivar o interesse e o prazer que as crianças têm pela linguagem, propiciando experiências nas quais brinquem com as palavras e seus sons, enriquecem suas narrativas nas brincadeiras de faz de conta. É uma excelente oportunidade de potencializar o aprendizado da língua por meio de situações lúdicas adequadas a cada etapa do desenvolvimento infantil.

* **Beatriz Ferraz**, doutora em Educação pela USP, especialista em liderança em políticas para a primeira infância pela Harvard University, diretora da Escola de Educadores, consultora do Itaú BBA e do Banco Mundial

*** Renata Aguilar**

Numa sociedade na qual as crianças vivem dentro de apartamentos, conectadas aos aparelhos eletrônicos, brincar na escola favorecerá o desenvolvimento criativo e socialização com os colegas por meio da solidariedade, trabalho em equipe, valorização do esforço, além do conhecimento adquirido com os conteúdos curriculares. É preciso transformar as aulas teóricas em lúdicas, alegres e motivadoras. É por meio da ludicidade que a criança passa a se inserir na sociedade, aprende a compartilhar, tolerar, compreender e se comportar diante dos outros.

Se integrarmos a brincadeira à rotina escolar, proporcionaremos novas experiências, aumentando suas potencialidades, formando conexões neurais que serão importantes para o seu desenvolvimento mental e corporal. Educar é estudar, planejar e avaliar como as crianças reagiram às atividades propostas, o que aprenderam e as mudanças necessárias para aprimorar a prática pedagógica.

O papel do professor é, ao mesmo tempo, tarefa importante e difícil, pois este educador lida com a criança em processo inicial de desenvolvimento, em uma etapa básica de formação de sua personalidade. É necessário “dar um clima” lúdico aos conteúdos por meio de jogos que estimulem a espontaneidade e a descontração da criança; considerar que as crianças apresentarão diferenças quanto ao ritmo de aprendizagem, grau de atenção e motivação, maior ou menor facilidade em cada área; compreender que a motivação provocará o esforço necessário à realização das tarefas e que, para motivar, será preciso uma certa dose de novidade e desafio. Aulas lúdicas são ferramentas essenciais para a motivação e termos a certeza que as crianças são diferentes e aprendem de formas diferentes.

Crianças são seres em construção, não há receitas e atividades prontas, mas há reflexão de um processo que deve ser agradável para elas. Está na hora de deixarmos as crianças serem crianças, de terem suas derrotas num jogo e suas frustrações numa brincadeira. O processo de aprendizagem escolar tem de ser divertido, alegre e prazeroso. É preciso ver o sorriso da criança ao conquistar sua primeira escrita, ao ler seu nome numa placa, ao fazer suas próprias descobertas e construir seus saberes, é ter o gosto pela aprendizagem.

** Renata Aguilar, psicopedagoga, especialista em Matemática, Alfabetização e Neuropsicologia, pedagoga e autora de livros para professores*

A arte escutatória: a escuta de si, do outro e do mundo

* **Anderson Novello**

A escola ensina, de fato, a ouvir? Os professores ouvem, de fato, os seus alunos? A equipe escolar costuma se ouvir? Em todas as fases escolares, é possível perceber um trabalho contínuo de estímulo ao desenvolvimento da leitura e da escrita.

A oralidade, embora com menor rigor e frequência, também é estimulada. A escuta atenta, ativa e interessada é estimulada, ensinada, praticada? Que modelos educacionais estamos gerando em uma perspectiva cultural avessa à escutatória? Como desenvolver a escuta em uma geração cuja desconcentração é expressiva? Não é à toa que as crianças costumam cantar o “dimiroussesse” e o “duberrô”, da conhecida cantiga “Atirei o pau no gato”, sem se darem conta dos seus significados.

Desde pequenos, estamos acostumados a reproduzir palavras sem refletir sobre elas. A partir dessas questões norteadoras, a explanação enfatiza a importância de saber ouvir em três instâncias: a escuta de si, do outro e do mundo.

Em uma primeira abordagem sobre “a escuta de si”, a exposição salienta a importância do silêncio em uma sociedade excessivamente barulhenta, em que os momentos de recolhimento, silêncio e reflexão são cada vez mais raros. O silêncio, por vezes, é necessidade indispensável para se organizar, se planejar e se ajustar às demandas pessoais e profissionais.

Já a abordagem intermediária sobre a “escuta do outro” é uma prática tão preciosa como falar com excelente habilidade. Não há comunicação efetiva sem escuta atenta. Não podemos considerar “diálogo” quando o interlocutor fala e não é ouvido com atenção e respeito.

Por último, em uma abordagem final sobre “a escuta do mundo”, amplia-se a noção de escutatória para além dos limites auditivos, por meio da sugestão de que ouvir o mundo é ampliar a percepção sobre o contexto histórico que nos cerca. E, por fim, se apresentam estratégias práticas para ampliar a capacidade de escuta, desenvolver a empatia e minimizar as falhas de comunicação entre os interlocutores.

Em uma era em que as mídias digitais roubam o foco da nossa atenção, a escuta de si, do outro e do mundo tem sido cada vez mais complexa. O educador e escritor Rubem Alves, em suas reflexões, nos sugere: não é possível ser um bom educador sem dominar a nobre arte da escutatória.

* **Anderson Novello**, mestre em Literatura, bacharel em Artes Cênicas, especialista em ensino de Arte e licenciado em Letras. Autor do livro de literatura infantil “A bruxa do batom borrado”

*** Sandra Mara Bozza Martins**

Formar o leitor literário pressupõe um trabalho de fôlego e que requer alguns conhecimentos que só podem partir daqueles e daquelas que também são leitores literários.

Destarte, possibilitar a aprendizagem de apreensão de sentido do texto literário não pode ocorrer com as crianças em silêncio ou apenas a partir de desenhos e de perguntas escritas. Permitir que a compreensão de cada criança, sozinha, seja suficiente para a reflexão só pode resultar em empobrecimento da obra lida e seria uma lastimável perda para a formação literária de todas as crianças da classe.

Toda leitura, literária ou não, exige que se abra discussão a respeito do que foi lido ou ouvido, pois, como afirma Eni Orlandi, “no funcionamento da linguagem, que põe em relação sujeitos e sentidos afetados pela língua e pela história, temos um complexo processo de constituição desses sujeitos e de produção de sentidos”.

Assim concebendo o trabalho literário, podemos confirmar o quão carente de função pode ficar um trabalho em classe cujas únicas atividades se resumem a responder perguntas textuais e em silêncio.

A troca de sensações, impressões, conhecimentos e sentimentos, se trabalhada coletivamente, pode abrir espaço para maior compreensão (e até admiração) da obra lida e esta partilha certamente ampliará a visão de todos.

Sendo assim, quanto mais oportunizarmos o diálogo após a leitura, dando voz e vez a todos e a todas, maior será a possibilidade de crescimento geral.

Donde se pode deduzir que a construção de sentido, em qualquer gênero textual, não se faz apenas lendo. Todavia, para o texto literário, isso adquire outro caráter. Quando realizado coletivamente, tal trabalho potencializa a possibilidade de crescimento do grupo.

A experiência e a maturidade leitora se constroem na multiplicidade de vozes, isto é, para além da costura que um adulto fará a partir do que foi lido ou ouvido, pois são as próprias crianças que emprestarão sua experiência de mundo e de leitura para aquelas que ainda não atingiram tal nível de desenvolvimento. Isso ocorre porque para depreender sentido de qualquer texto é necessário muito mais do que está encerrado no texto em questão. É necessário, como quer Mário Perini, “partilhar grandes fatias de conhecimento do mundo”.

*** Sandra Mara Bozza Martins**, mestre em Ciências da Educação, especialista em literatura infantil, professora de pós-graduação nas áreas de Metodologia da Alfabetização e Literatura

Como estruturar uma sociedade inclusiva por meio da educação?

* **Liliane Garcez**

A escola como instituição social sempre teve de lidar com as diferenças humanas. É o local onde o conhecimento produzido socialmente e organizado sob a forma de currículo investe de determinada intencionalidade as relações entre pessoas que nela convivem.

Em diálogos por meio dos quais transmitem, apreendem e ressignificam valores sociais e culturais que lhes são significativos, os educadores apresentam conhecimentos concretizados em metodologias e didáticas estabelecidas em cada época com o objetivo de subsidiar os estudantes no desenvolvimento de seus processos de aprendizagem.

Desta maneira, o modo pelo qual são organizados os sistemas educacionais pode ser entendido como uma resposta ético-política às demandas sociais para a formação das novas gerações ao longo da história nos diferentes contextos. Transmissão de saberes e produção de conhecimentos são, pois, ações que compõem o movimento da escola.

Em 2006, 40 anos depois da Declaração Universal dos Direitos Humanos, foi estabelecida a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência que reafirma a universalidade, a indivisibilidade e a interdependência de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais, bem como a necessidade de que todas as pessoas com deficiência tenham a garantia de poder desfrutá-los plenamente.

À luz da Convenção, a noção de educação inclusiva passa a impulsionar uma nova postura frente à exclusão educacional, pois, ao valorizar as diferenças e denunciar a discriminação de estudantes com deficiência, essa perspectiva afirma que todos devem estar na escola e ter acesso ao currículo comum. Forja a noção de inclusão como processo de modificação do sistema escolar para torná-lo responsivo e adequado a todo e cada estudante, ampliando o espectro de ação para diferentes propostas que são continuamente (re)significadas, tanto no que diz respeito ao desenvolvimento organizacional e pedagógico do sistema de ensino objetivado em seu cotidiano como às novas formas de efetivação dos direitos humanos e nas relações que são estabelecidas entre os indivíduos. É justamente essa perspectiva de responsabilidade compartilhada que compõe a estruturação de uma sociedade inclusiva, sem mecanismos de seleção ou separação. Sem vírgulas ou “desde que”.

Liliane Garcez, mestre em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP), graduada em Administração Pública pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e Psicologia pela USP

O pleonismo da educação inclusiva

* **Rodrigo Hübner Mendes**

Todos sabemos que, apesar da complexidade dos desafios enfrentados pelo Brasil, determinados argumentos parecem ser compartilhados. Um deles diz respeito ao papel da educação na construção de um país mais igualitário. Em linhas gerais, acredita-se que a redução das desigualdades econômicas e sociais é diretamente dependente da garantia de acesso à educação de qualidade a qualquer brasileiro.

Essa constatação nos leva a uma pergunta que deveria estar presente na pauta de gestores públicos que usufruem do poder de decidir sobre os rumos a serem tomados pela educação de nosso país, quer seja: Que tipo de educação precisamos?

Observo a existência de uma aparente dicotomia entre duas vertentes: uma defensora da meritocracia e do desenvolvimento de competências cognitivas voltadas às demandas tradicionais do mercado de trabalho; outra comprometida com a igualdade de direitos, pautada pelo desenvolvimento de competências socioemocionais e a construção de uma sociedade inclusiva. Em outras palavras, parece haver uma tensão binária entre a educação para o mercado e a educação para a cidadania.

Tenho refletido muito sobre essa suposta dicotomia e acredito que seja resultado de uma falta de visão. Sejam quais forem os referenciais políticos e ideológicos que nos guiam, todos somos conscientes da amplitude de demandas que nos impactam a cada instante. Somos chamados a planejar, calcular, analisar, estruturar e persuadir. Ao mesmo tempo, somos convocados a ponderar, tolerar, respeitar, ressignificar e ceder.

Assumo a crença de que a educação que precisamos não deve se contentar com a formação de pessoas que se limitam a seguir as regras do jogo, a enxergar o mundo tal como o herdamos. Precisamos buscar um tipo de educação que nutra o desenvolvimento de cidadãos críticos e incomodados. Isso implica considerarmos a formação de seres humanos capazes de romper com visões dicotômicas e interferir positivamente na complexa tessitura de uma sociedade coesa e igualitária.

* **Rodrigo Hübner Mendes**, fundador e superintendente do Instituto Rodrigo Mendes

Quinta-feira, 26/10

Liberdade de cátedra e a escola sem partido

*** José Alves de Freitas Neto**

A autonomia do pensamento e uma formação crítica dos estudantes pressupõem algumas condições básicas como a liberdade de ensinar e a possibilidade de promover a emancipação dos sujeitos pela educação. Projetos que contrariam essas premissas impedem a construção de uma escola democrática e plural. Em um país marcado por grandes diferenças sociais, culturais, étnicas a discussão sobre a produção do conhecimento, a capacidade das pessoas se identificarem como protagonistas de suas ações e, conseqüentemente, combater preconceitos e desigualdades.

A proposta da “escola sem partido” nada mais é do que um engodo contra a liberdade de expressão e de cátedra e a faceta de um pensamento autoritário, que não se apresenta como tal. Grupos conservadores que não admitem o questionamento das premissas que sustentam as desigualdades (sociais, étnicas, de gênero etc.) se ocultam numa suposta imparcialidade do conhecimento. Os conhecimentos e saberes não são neutros ou imparciais. Eles servem tanto para as mudanças como para a perpetuação das desigualdades. A “escola sem partido” camufla, com esse nome, a si mesma como se ela não fosse a propagadora de forte ideologia conservadora e reacionária.

O constrangimento à ação de docentes é inconstitucional e, por isso, devemos defender a liberdade de pensamento e de cátedra pautados por dois princípios: o legal e o ético. Para além da existência das leis que permitem a discussão de premissas filosóficas, científicas e culturais, há o pressuposto de um compromisso ético com a promoção do bem comum, com a defesa da liberdade, com o desenvolvimento de uma consciência de si e dos outros e o comprometimento com a formação de sujeitos que tenham condições de discernir e construir um olhar crítico sobre si e sobre o mundo. O projeto da “escola sem partido” é uma mordaza a estes princípios.

As escolas e as pessoas que nelas atuam não podem sucumbir em sua tarefa de propor o debate, discutir práticas, problematizar as experiências de seu tempo e defender a promoção e a garantia de princípios como os direitos humanos e a pluralidade do pensamento.

A educação tem de estimular vínculos de compromisso com a humanidade presente e com a que virá no futuro.

** José Alves de Freitas Neto, graduado em Filosofia, mestre em Filosofia pela PUC-SP, doutor em História Social pela USP, professor do IFCH-Unicamp e coordenador da Comvest*

Escola sem partido? Arbitrariedade e livre arbítrio.

O debate é intenso: é legítima ou arbitrária a intenção de uma escola sem doutrinação partidária nas salas de aula?

São duas as vertentes de respostas: restringir a ação do professor na defesa de ideias políticas de sua preferência é um indefensável ato autoritário; permitir que o professor utilize a sala de aula como espaço de doutrinação, como frequentemente ocorre em algumas disciplinas, também não parece aceitável.

Em consequência, os participantes do debate dividem-se de modo extremista: uns são a favor e outros são contra o projeto de lei. Não me parece possível, no entanto, reduzir as posições apenas às duas citadas. A ação do professor é sempre de natureza política.

A escola é um espaço para a construção da cidadania. Qualquer pretensão de neutralidade parece ingênua. Mas não se pode conduzir a argumentação à recusa da política. Por outro lado, há uma diferença imensa entre a ação política própria do modo de ser do ser humano e a construção de narrativas unárias, em que a história é apresentada como se resultasse de uma única perspectiva: aí se encontra a origem de todo dogmatismo, de todo o fanatismo. Também não é o caso de reduzir as perspectivas a apenas duas: a dos que estão comigo e a dos que estão contra mim.

Tal perspectiva binária situa-se na origem de todo extremismo, de toda redução simplória à polarização entre o bem e o mal. E aí, como ficamos? De minha parte, o debate parece pertinente e interessante, mas sou contra qualquer legislação para regular a atuação do professor em sala de aula.

Existem leis demais, muitas das quais têm efeito apenas decorativo. A decisão sobre o caminho a seguir deve resultar do livre arbítrio do professor. Hoje, mais do que nunca, os meios de explicitação dos excessos são amplamente disponíveis. O abuso de poder e a extrapolação da autoridade legítima dos professores na construção de um conhecimento crítico em sala de aula encontrarão meios naturais de contenção.

A formação dos professores merece mais atenção por parte dos responsáveis pela educação do que a criação de uma nova lei, abstrusa desde a origem, caricatura de intenções legítimas mas ingênuas, condenada a ter função meramente decorativa.

* **Nílson José Machado**, professor titular da Feusp (USP), autor dos livros “Educação - autoridade, competência e qualidade”, “O conhecimento como um valor” e “Ética e educação”

A alegria como estado gerador da criatividade

Energia protagonista

* **Felipe Domingos de Mello**

Grandes nomes da história da humanidade entregaram sua energia transformadora, em diferentes períodos, a inúmeras causas.

Um olhar interessado e disposto a buscar mais interseções que cisões poderia promover um abraço fantástico entre essas personagens que deixaram poderosos legados, os quais nem milênios, tampouco campanhas difamatórias conseguiram varrer de nossas memórias.

O fator que parece permitir tal abraço é o clamor desses grandes homens e mulheres por comportamentos cotidianos que exalem alegria, potência e coerência entre os nossos pensamentos, discursos e gestos. Menos papo, mais atitude; menos bravatas, mais práticas que enobrecem as crenças; menos promessas, mais entregas reais.

Daí chegamos às nossas vidas tão menos expostas e idolatradas e, de certa forma, muito menos interessantes, ao menos em se tratando daquele tipo de glamour que reveste os heróis e heroínas.

Somos, nós, as pessoas comuns, capazes de interferir no mundo de forma tão relevante? Nosso legado será cantado em verso e prosa daqui a milênios? Um sorriso promovido dentro de um hospital público no interior do Mato Grosso pode mudar o rumo da humanidade?

Não faço a menor ideia. Mas, o conceito e a possibilidade me instigam, me oferecendo uma ideia de rede e de laço indissociáveis a unir tudo o que vive.

Há 16 anos sou palhaço de hospital. Prazer, Dr. Raviolli Bem-te-Vi, membro dos Doutores Cidadãos. A curiosidade e a vontade de brincar com a vida, herdeiras diretas da “palhaçaria” a qual me entreguei, me inspiram a ficar de olhos bem abertos às decisões que me cabem. Celebro a possibilidade de exercer meu poder de escolha: nutrir ou intoxicar? Que alegria ter autonomia, que responsabilidade saber que sou autônomo!

Chega um momento da vida no qual talvez tenhamos de sair do papel de vítima e assumirmos o papel de cuidadores, indo rumo ao protagonismo.

O que eu desejo mesmo é passar pela vida com muito mais atitudes que discursos. Quero seguir grávido de uma fé ativa que me sussurre, continuamente, que dentro das sementes moram árvores. E que, individualmente, posso decidir o que planto aqui e acolá, transformando a minha insignificância em algo mais belo, para mim e para os outros.

* **Felipe Domingos de Mello**, mestre pela Cásper Líbero e graduado pela ESPM, locutor pelo Senac-SP, ator pela Escola Célia Helena, com especialização em Cambridge (Inglaterra) e diretor-fundador da ONG Canto Cidadão

Cuidar e educar na educação básica: função indissociável da escola

Cuidando da vida

* **Damaris Gomes Maranhão**

O filósofo Leonardo Boff refere que o termo “cuidar” se origina de “cura”, com o significado de “desvelo, preocupação e inquietação” pela outra pessoa ou por um objeto de estimação. Também tem o significado de “cogitar, pensar, colocar atenção, mostrar interesse”. Para esse filósofo o cuidado é “um modo de ser” que resulta do interesse na outra pessoa, no seu bem estar e desenvolvimento.

Outro filósofo, Milton Mayroff (1971), escreve que cuidado é “uma forma de relação com o outro” que leva ao seu desenvolvimento e realização como pessoa. Cuidar é um processo que depende do conhecimento que a pessoa que cuida tem sobre si mesmo e sobre o outro. A pessoa que cuida precisa conhecer o outro: quem ele é, o que conduz ao seu desenvolvimento, quais suas necessidades, capacidades e limitações? Ao mesmo tempo a pessoa que cuida precisa conhecer a si mesmo, tendo consciência de suas próprias capacidades e limitações.

O cuidado é uma atitude de preocupação com seus semelhantes, que visa a manutenção da vida, a cura, o conforto, o bem estar, a proteção e o desenvolvimento humano. O cuidado como atitude profissional pode se desdobrar em procedimentos diversos, dependendo das demandas de quem o necessita, da interpretação dessas necessidades por quem cuida e das competências e habilidades desenvolvidas pelo cuidador.

Para Kathie Webb e Janet Blond, pesquisadoras e professoras de ensino fundamental no Canadá, o processo de cuidar é componente fundamental do processo de educar. Elas compreendem o cuidar como comunicação entre as pessoas envolvidas. Para cuidar do aluno o professor deve saber quem ele é, quais suas capacidades, como ele aprende, porque se comporta ou reage dessa maneira, o que o professor é capaz de fazer para ajudá-lo a desenvolver-se por meio de aprendizagens objetivas e subjetivas.

Ao cuidar do aluno que apresenta uma dificuldade relativa a inserção em um novo grupo ou no processo de aprendizagem de uma atitude, um procedimento ou conteúdo específico, ocorre uma comunicação entre o professor e o aluno, que resulta em mudanças de percepção, portanto em novas aprendizagens.

* **Damaris Gomes Maranhão**, doutora em Ciências da Saúde pela Unifesp, professora do Instituto Superior de Educação Vera Cruz, consultora do Ceduc, consultora do MEC 2010-2015 e do Instituto Avisa lá

A pedagogia da cooperação: aprendendo a cuidar uns dos outros e promover o bem comum

* **Fábio Otuzi Brotto**

A Pedagogia da Cooperação é uma abordagem colaborativa desenhada para criar ambientes de cooperação dentro e além da sala de aula. Este Design Colaborativo de Relações potencializa a inteligência coletiva e a autonomia pessoal para solucionar problemas, transformar conflitos e realizar metas e objetivos comuns.

A relevância de uma abordagem como esta está no fato de ser orientada para o exercício de habilidades de relacionamento colaborativo, especialmente em uma sociedade ainda tão marcada pela lógica competitiva e que insiste em naturalizar a competição, propagando-a como principal valor e inextinguível característica do ser humano.

Sendo uma abordagem perspectivada pela transdisciplinaridade, está baseada em conjunto de sete práticas colaborativas: conectar, cuidar, compartilhar, confiar, cocriar, cultivar e celebrar e quatro princípios essenciais: coexistência, convivência, cooperação e comum-unidade; que dialogam com diferentes áreas da educação e do desenvolvimento pessoal, profissional e social para promover a cultura da cooperação em escolas, empresas, governos, ongs, comunidades e famílias, porque:

- amplia a visão de mundo sob a perspectiva transdisciplinar, sistêmica e complexa, inspirando a construção de pontes entre todas as fronteiras do conhecimento e a experiência;
- restaura a dimensão do humano nas relações sociais e profissionais;
- aprofunda a compreensão sobre o conceito e dinâmica da Competição e Cooperação como processos de interação social e fenômenos culturais;
- organiza e sistematiza uma abordagem que favorece o despertar do que é mais genuíno nas pessoas, grupos, comunidades e organizações. Em outras palavras, inspira o desenvolvimento do “melhor” em cada um, ao invés do “ser melhor” que todo mundo;
- encoraja nossa atuação colaborativa no mundo.

Em resumo, neste momento de grandes desafios, aceleradas transformações, imprevisibilidades aumentadas e incertezas intensificadas, a Pedagogia da Cooperação pode contribuir para que o cuidar uns dos outros, seja cada vez mais uma prática indissociável da escola, onde é preciso, cada vez mais, ensinar-e-aprender a cooperar para VenSer juntos e SerVir melhor ao bem comum.

* **Fábio Otuzi Brotto**, cofundador do Projeto Cooperação, pioneiro em jogos cooperativos, coautor da Pedagogia da Cooperação, designer de soluções colaborativas e coorganizador do Festival Internacional da Cooperação

Disfunções e as intervenções pedagógicas na aprendizagem

* **Sônia das Dores Rodrigues**

O termo disfunção diz respeito ao funcionamento anormal ou prejudicado de um órgão. Quando associado à aprendizagem, significa que esta não ocorre de acordo com o esperado para a idade cronológica e nível escolar. Nestes casos, há prejuízo na aquisição das habilidades acadêmicas, apesar de a criança apresentar integridade estrutural do sistema nervoso central (SNC), nível intelectual dentro dos padrões de normalidade e frequentar o ensino regular. Tem-se o que se denomina de transtorno específico de aprendizagem (TA), segundo o DSM-5.

Crianças com TA apresentam dificuldade persistente em uma ou mais habilidade de leitura, escrita e matemática. Os seguintes critérios devem ser considerados no diagnóstico: a dificuldade persiste por pelo menos seis meses, apesar de intervenção dirigida; as habilidades acadêmicas estão comprometidas de modo substancial e qualitativamente abaixo do esperado para a idade cronológica e nível intelectual; surgem nos anos escolares, mas podem não se manifestar até que as exigências acadêmicas excedam a capacidade do indivíduo; a dificuldade não pode ser explicada por deficiência (intelectual, motora, sensitiva), transtornos mentais ou neurológicos, adversidades psicossociais, falta de proficiência na língua de instrução ou inadequação do processo de ensino.

A depender dos sintomas, tem-se o que se conhece por dislexia, discalculia, disgrafia e disortografia. Quanto à classificação, o TA pode ser leve, moderado ou grave.

Diante do exposto, a intervenção na escola é fundamental para auxiliar a criança a atingir níveis aceitáveis de alfabetização e letramento. Pelo fato de o processamento ser disfuncional, as estratégias devem ser diferenciadas e levar em consideração os dados obtidos no Relatório de Avaliação (preferencialmente feito por equipe), em seus diferentes aspectos (cognitivo, linguístico, acadêmico, motor, emocional e social). Isso possibilitará planejamento minucioso e sistemático, contendo objetivos, tempo de intervenção, metas, materiais, técnicas e previsão de reavaliação.

Por fim, haverá maior possibilidade de sucesso se o trabalho for realizado em parceria, com todos os envolvidos (escola, família e terapeutas), favorecendo o principal ator desse processo: a criança.

* **Sônia das Dores Rodrigues**, pedagoga, psicopedagoga, psicomotricista, mestre e doutora em Ciências Médicas pela FCM/Unicamp, pesquisadora do Disapre/FCM/Unicamp, coordenadora do Ciapre-Campinas

Reflexões sobre a neuropsicologia hoje

* **Sylvia Maria Ciasca**

Atualmente, a psicologia, como um todo, perdeu espaço em relação à sua prática clínica e até mesmo acadêmica. O mesmo não aconteceu com a neuropsicologia, que soube se associar e transformar conhecimentos restritos a determinadas áreas para sua própria condição e competência. Hoje, sabemos que o profissional que está só não consegue progredir adequadamente, mesmo porque não se atende mais crianças e adultos sozinhos. A tendência é de ampliação maior, mas, para isto, o profissional de qualquer área deve se abrir a novos conceitos e paradigmas, deve se despir de teorias e regras, abrindo caminhos para o novo. Ver com olhos críticos a sua própria prática não é um desrespeito, mas sim a infundável busca pelo conhecimento, que nunca morre, tampouco envelhece.

“Iniciar”. Só a palavra causa medo. Hoje, é mais fácil começar algo do que há algum tempo atrás. Comecei em uma época quando equipes interdisciplinares não existiam, onde a prevalência era do diagnóstico médico, onde se falar em crianças com problemas, era muito difícil. Acho que neste momento o tempo está na progressão da graduação. É necessário buscar se especializar, trabalhar junto, se expor sem este tão fantástico medo do novo e mito do saber do outro ser, maior que o meu mesmo. O princípio básico para neuropsicologia como ciência nova é sempre estudar, estudar e estudar mais ainda, porque as coisas mudam em um segundo. Concordo com Piaget e sempre falo que aprender é buscar o infinito, por isso, este processo é infundável.

Educação e saúde são princípios que deveriam andar juntos, ser complementares, principalmente na criança que, ao estar em uma determinada fase de desenvolvimento, entra na escola e se depara com um mundo novo e, muitas vezes, controverso. Acredito que a educação seja a grande responsável pelo fracasso escolar que nossas crianças enfrentam, produzindo um número enorme de semianalfabetos, subjugados a um método que não lhes dizem respeito. Mas também acredito que muitas crianças não aprendem por terem uma disfunção de processamento da informação, este número sim muito menor, mas extremamente frágil.

* **Sylvia Maria Ciasca**, graduada em Psicologia pela PUC de Campinas, mestre em Neurociências e Comportamento pela USP, doutora em Neurociências pela Unicamp e livre-docente em Neurologia Infantil

Novas linguagens e a comunicação na escola

* **Nádia Maria Bádue Freire**

Na linguagem do cotidiano, comunicamos ideias e sentimentos por meio da fala, da escrita, de outros signos convencionais e também por meio de desenhos, imagens, gestos, símbolos da linguagem não verbal. Com a internet, os *smartphones*, os *tablets* e outros recursos móveis entraram na escola praticamente impondo sua presença sedutora. Afinal, a comunicação se torna mais eficaz quando a informação vem acompanhada de movimento, cores, sons – do que por simples palavras.

Diante das novas linguagens, ensinar e aprender vem exigindo processos cada vez mais dinâmicos, maior flexibilidade individual e grupal, com abertura a pesquisas, descobertas e novas formas de comunicação na escola, as quais, por sua vez, impactam as relações interpessoais.

Um dos problemas apontados pela escola é hoje esta mesma comunicação, que vem amplificando online problemas que ocorrem off-line. Principalmente no que diz respeito à utilização de *smartphones* e *tablets*, tem sido denunciada a falta de respeito, a falta de educação, a indisciplina, a violência. Portanto, tais novas linguagens requerem também novas regras, tanto no que diz respeito à aprendizagem de conteúdos curriculares como aos aspectos afetivos e relacionais, novos desafios para professores e gestores.

Se o celular “separa” as pessoas off-line, a tarefa do professor é reuni-las, com discussão sobre temas de interesse, por exemplo. No campo da cognição, pode promover intencionalmente operações de pensamento, estimulando as estruturas mentais.

As novas regras devem inspirar relações entre ética e educação, chamando como limites, em vez de apenas restrições, a construção de valores como convivência, tolerância e gentileza. Se as novas tecnologias têm provocado nas escolas mais do que desconforto, por outro lado têm nos apresentado novas possibilidades de ensinar e aprender.

Este é um convite à reflexão sobre a utilização das TICs como ferramentas que contribuam para a construção de uma convivência ética na escola, para o desenvolvimento dos alunos e de todos nós, que pertencemos a este mesmo meio social, criando estratégias que permitam a construção da autonomia intelectual, moral e afetiva, objetivo possível de ser alcançado em ambientes onde as relações sejam cooperativas.

* **Nádia Maria Bádue Freire**, psicopedagoga, doutora em Psicologia, Desenvolvimento Humano e Educação pela Unicamp, professora na área de Educação e Psicopedagogia, coordenadora do Grupo de Estudos Educação para a Paz e Tolerância

Encontros e desencontros digitais: o que é preciso saber sobre o uso das tecnologias em sala de aula? Algumas reflexões sobre ética, educação e tecnologia

* **Flávio Américo Tonnetti**

Apesar de todos os esforços e políticas públicas para incluir a tecnologia como ferramenta pedagógica e instrumento didático nas escolas, sua presença em sala de aula, embora desejada, muitas vezes se converte em um problema difícil de manejar. O que fazer com a tecnologia que invade a sala de aula por meio de dispositivos móveis portados pelos estudantes? Como usar a sala de informática em aulas de disciplinas não tecnológicas? O que é importante saber ao planejar uma “atividade tecnológica”?

Antes de se configurar como uma instrumentalização, ou como prática meramente técnica, é importante perceber a questão dos usos e valores associados às temáticas do digital. O uso de dispositivos se configura através de ações específicas e comportamentos que podem ser valorizados ou desconstruídos. Pensar sobre as motivações de uso das tecnologias e sobre as consequências desse uso torna-se cada vez mais importante numa realidade atravessada pelas tecnologias digitais.

No currículo escolar e no planejamento de aula realizado pelos professores defendemos a inclusão de questões como identidade, alteridade e responsabilidade no contexto das realidades criadas e transformadas pelas tecnologias digitais.

A defesa que fazemos é de que o foco da inserção das tecnologias na escola não seja pelo viés da operatividade dos dispositivos, mas nas motivações e consequências que o manejo de tecnologia podem trazer, refletindo sobre que tipo de comportamentos e valores podemos incentivar e motivar por meio da inserção das tecnologias em nossos planejamentos didáticos.

* **Flávio Américo Tonnetti**, professor do Programa de Pós-graduação em Educação da Unit, doutor em Educação e mestre em Filosofia pela USP. Foi professor das redes pública e privada de São Paulo e hoje atua no Nordeste

Contribuições da neurociência para a educação básica

* **Carla Andréa Tieppo**

Uma das áreas do conhecimento mais favorecidas com o avanço dos estudos sobre o funcionamento cerebral é a educação. Cada vez mais, neurocientistas cognitivos estão utilizando técnicas de registro e imageamento cerebral para estudar, desde a vida intrauterina, como o desenvolvimento cerebral está relacionado ao de funções fundamentais para que o ser humano se desenvolva plenamente.

Nosso cérebro desenvolveu, ao longo de sua evolução, a capacidade de desempenhar, de forma única, funções como consciência, linguagem, controle inibitório, processamento consciente de emoções, entre outras igualmente impressionantes e complexas.

As ciências humanas, responsáveis pela produção de grande parte das observações e teorias sobre os processos mentais relacionados com a aquisição de funções complexas como as citadas anteriormente, estão lentamente se aproximando dos conhecimentos neurocientíficos para ampliar seu entendimento sobre o assunto.

Recentemente, houve um marco importante desta aproximação. Professores britânicos, durante a Reunião Anual da *Association of Teachers and Lecturers* (ATL), assinaram uma moção pedindo ao governo a inclusão de conteúdos de neurociência em cursos de formação, a fim de compreender melhor os processos mentais envolvidos na aprendizagem. Vivemos num tempo em que os índices de crianças afetadas por distúrbios de aprendizagem crescem ano após ano.

Com certeza a ampliação e o aprofundamento de conhecimento sobre estes distúrbios favorecem um diagnóstico mais preciso, beneficiando, inclusive, casos que antes eram difíceis de serem identificados. Mas não podemos deixar de pensar que as mudanças ocorridas nos últimos 20 anos, em relação à forma em que a sociedade se organiza e considerando as mudanças de hábitos, não sejam possivelmente uma das causas do aumento vertiginoso de diagnósticos de déficit de atenção, hiperatividade, transtornos de conduta, dislexias e discalculias.

A neurociência pode contribuir na evolução das práticas pedagógicas que permitam desenvolver o indivíduo aproximando-o da manifestação máxima de seus potenciais, tendo em vista as crescentes demandas da idade contemporânea digital e virtual. Porém, é necessário que os espaços de interação e colaboração ainda sejam criados.

* **Carla Andréa Tieppo**, neurocientista, pioneira em cursos de extensão em neurociência no Brasil, doutora em Ciências pela USP, professora e pesquisadora da Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo

*** Katia A Kuhn Chedid**

Não faz sentido usarmos um modelo de ensino concebido há dois séculos e pesquisarmos sobre inovações colocadas em prática por instituições de vários países para reformular a aprendizagem.

Encontramos em escolas pelo mundo salas de aula com diferentes disposições de mobília, espaços com computadores e lugares para trabalho individual e coletivo. Porém, as mudanças demandadas pela educação não se resumem à infraestrutura nem à incorporação de novas tecnologias em sala, mas a um novo olhar baseado na neurociência.

A educação tem recebido as novidades neurocientíficas com curiosidade e receio. Poucas faculdades de educação têm em seu currículo aulas de neurociência, embora todos saibam que o cérebro é o “motor” da aprendizagem. Algumas escolas e professores interessados estão começando a buscar formação nessa área. Entre os formadores, porém, raros são pedagogos. É fato a dificuldade de estabelecer um diálogo com os educadores, entender o que buscam saber e transmitir informações úteis em uma linguagem compreensível.

A neurociência e sua aplicação na aprendizagem podem oferecer abordagens diferentes em relação à avaliação, currículo, ensino, aprendizagem e estratégias a serem utilizadas em sala de aula. Podem, também, resgatar estratégias encontradas nas escolas, quem sabe as remodelando.

A neurociência nos fornece provas de que a aprendizagem modifica a estrutura física do cérebro e também, por consequência, sua organização funcional, o que para nós, educadores, é uma prova de como o conhecimento influencia na vida de um indivíduo e na maneira como ele vai tomar suas decisões, interagir com seu ambiente e compreender a realidade que o cerca.

A neurociência tem influenciado a Pedagogia acerca da prática e da teoria da aprendizagem, iniciando um entendimento mais amplo sobre a memória, o sono, a estrutura do conhecimento, o raciocínio, a resolução de problemas, a metacognição, o pensamento simbólico, a modelação computacional e tantos outros assuntos.

Este conjunto de assuntos relativos a cognição e a aprendizagem contribui para avanços nos procedimentos e metodologias de pesquisa, além de oferecer possibilidades de desvendar as complexidades do cérebro e compreender o que realmente acontece quando aprendemos.

*** Katia A Kuhn Chedid**, educadora, pedagoga, psicopedagoga; gestora escolar, com extensão em neuropsicologia. Participou de grupos de estudos na PUC-SP e na USP, escreve artigos no InfoGeekie e na NeuroEducação

Construção de relações éticas nas escolas

* **Telma Pileggi Vinha**

Em seus planos escolares, professores de diferentes níveis de ensino reiteraram o objetivo de formar pessoas mais justas, solidárias, tolerantes e respeitadas. Porém, uma das principais dificuldades para atingir esta meta está na qualidade das relações interpessoais na escola. São frequentes os relatos de desrespeito, insultos, provocações, *bullying*, ataques virtuais e situações em que os alunos têm reações agressivas ou mesmo submissas quando se deparam com conflitos.

Diante desse cenário, o Grupo de Estudos e Pesquisas em Desenvolvimento Moral (Gepem), da Unicamp e Unesp, desenvolveu o projeto “A convivência ética na escola”, em escolas públicas de ensino fundamental, que visa à formação de professores e a transformação na escola com ações diferenciadas e complementares para melhorar a qualidade da convivência e do processo de resolução dos conflitos interpessoais, considerando três vias diferentes, mas inter-relacionadas: a pessoal, que diz respeito ao conjunto de influências que resultam da maneira de ser e de fazer dos educadores, especialmente a relação que estabelecem com seus alunos; a via curricular, que visa planejar e executar atividades específicas para trabalhar a formação moral dos alunos; e a via institucional, que se constitui das atividades educativas que partem da organização da escola e da classe, com participação democrática.

Para promover mudanças que favoreçam um ambiente sociomoral cooperativo é preciso organizar um trabalho intencional. Assim, organizamos uma série de ações complementares na elaboração do programa, que consiste na inserção de uma disciplina semanal na grade curricular dos alunos dos anos finais do ensino fundamental (e também um espaço semanal nos anos iniciais do ensino fundamental) para que a convivência e a moral sejam sistematicamente discutidas; na formação quinzenal, direcionada apenas aos gestores e professores de referência (responsáveis pela nova disciplina); na implantação de espaços de participação, resolução e mediação de conflitos; em propostas de protagonismo juvenil, como as equipes de ajuda; na construção de um Plano de Convivência nas instituições educativas e no acompanhamento dos principais procedimentos implantados.

* **Telma Pileggi Vinha**, pedagoga, doutora em Educação, professora da Faculdade de Educação da Unicamp e escritora. Realiza pesquisas sobre relações interpessoais e o desenvolvimento moral

Por que ética no contexto escolar?

* **Terezinha Azerêdo Rios**

Vivendo e trabalhando juntos, os seres humanos transformam o mundo e constroem a cultura, inventando significados e criando valores para orientar suas ações.

A moral é o conjunto de valores, de prescrições que orientam a vida social.

Temos um comportamento moral quando dizemos sim ou não a essas prescrições, quando obedecemos ou desobedecemos as regras que nos são apresentadas pela sociedade. Só podemos fazer isso porque somos livres. Ser livre, no entanto, não significa não ter limites. Somos livres juntamente com os outros e, portanto, somos responsáveis por nossas ações.

Liberdade está articulada à autonomia, que não é independência. A autonomia é sempre relativa, não no sentido de ser pouca, mas de ser em relação.

Os problemas que nos desafiam em nossa prática cotidiana nos levam a perguntar: O que devemos fazer? Essa pergunta nos remete para uma reflexão que se dá no terreno da moralidade.

Quando problematizamos esses valores, perguntamos pela sua consistência, problematizamos seus fundamentos, estamos no terreno da ética. A ética é uma reflexão sobre os valores que se encontram presentes nas ações dos indivíduos e dos grupos em sociedade. A pergunta feita pela ética é: Que vida queremos viver? Para respondê-la, devemos levar em consideração princípios que são a justiça, a solidariedade, o respeito, relacionados à construção de uma vida digna para todos, ao bem comum.

A educação é o processo de construção e de partilha da cultura. Ela está presente em todas as instituições, mas há uma que tem como tarefa específica a socialização organizada e sistemática do conhecimento, das crenças e dos valores: a escola. E para que o processo educacional que nela se desenvolve atinja efetivamente o seu objetivo, a ética deve estar presente nas relações de todos os que se envolvem: diretores, coordenadores, professores, funcionários, alunos e seus familiares. É preciso verificar quais os valores que estão conduzindo essas relações.

Isso não quer dizer que a ética deve ser uma disciplina constituinte do currículo. É importante que ela esteja presente em todas as disciplinas, no trabalho de toda a comunidade. E não é no discurso que se instaura a ética – é nas ações, na conduta de cada um e de todos que ela se revela e se afirma.

* **Terezinha Azerêdo Rios**, doutora em Educação, pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Formação de Educadores (Gepefe), da Faculdade de Educação da USP (Feusp)

O lúdico, a cidade e a aprendizagem

* **Helena Singer**

Na última década, vem crescendo no Brasil e no mundo a proposta da educação integral. Em síntese, a educação integral pressupõe que para aprender, as pessoas precisam estar mobilizadas, o que se garante pela contextualização dos temas de pesquisa e pelo interesse do estudante. Como resultado, o processo de aprender torna-se um processo prazeroso, muito distante do esforço desprovido de sentido que caracteriza o ensino escolar convencional.

O objetivo maior é formar pessoas capazes de aprender com a diferença, desenvolver habilidades e competências para explorar a diversidade de saberes, realizar seus projetos e intervir no mundo. Para tanto, elas devem construir conhecimento, seguindo seus interesses, ritmos e talentos, possibilitando o aprofundamento em novas áreas de maneira estimulante e desafiadora, e valorizando as diversas visões e tradições que compõem o patrimônio da humanidade.

Na educação integral o processo de aprendizado se inicia com a valorização da cultura, experiência e conhecimentos dos estudantes e com suas inquietações. Com esta base, promove-se a interação com pessoas de diversas áreas e saberes, com o meio e seus recursos, possibilitando a construção de novos conceitos e projetos.

Este caminho segue os interesses e escolhas dos estudantes, estimulados pelo olhar crítico em relação a seus contextos socioculturais, tendo o professor como orientador do processo. O papel do professor passa a ser, então, o de auxiliar os estudantes a descobrirem suas competências, perseguirem seus interesses e realizarem seus projetos, oferecendo-lhes o suporte necessário.

Com isso, o professor foca seu olhar e sua escuta nos interesses, ritmos e demandas dos estudantes e em suas crescentes capacidades para se responsabilizarem por suas escolhas.

Nesta proposta, ganha especial relevância o levantamento e debate sobre as características locais que devem ser preservadas, valorizadas ou transformadas pelas novas gerações. Neste sentido, o processo coletivo de construção do currículo pode contribuir inclusive para a formulação de caminhos que fomentem o desenvolvimento local.

* **Helena Singer**, doutora em Sociologia com pós-doutorado em Educação pela Unicamp e vice-presidente da Ashoka para a Juventude na América Latina

* **Luiz Carlos Rischbieter**

A palestra discute oito princípios pedagógicos básicos que nos ajudam a (re)pensar toda a escolaridade, da educação infantil ao ensino médio. Esses princípios podem ser resumidos da seguinte forma, como mensagens que uma escola e uma cidade devem almejar transmitir a cada aprendiz e a cada cidadão:

1 - “sinta-se em casa” (se preocupar com a qualidade das interações entre adultos e aprendizes);

2 - interaja com os outros (incentivar as interações entre aprendizes);

3 - “brinque, invente, imagine, faça de conta” (incentivar o jogo e a imaginação);

4 - “aprenda o que quiser, quando quiser, como quiser” (incentivar aprendizagens de todos os tipos, sejam elas “precoce” ou “tardias”);

5 - “aim, existe um mundo fora dos muros da escola” (respeitar a herança da escola nova e valorizar os passeios, a cooperação, a abertura para o mundo, o conhecimento da cidade);

6 - “ajude a criar, mudar e a respeitar regras, assuma responsabilidades” (procurar meios para dar cada vez mais responsabilidades para aprendizes, em todos os níveis);

7 - “busque caminhos para avaliar positivamente e construir autoconfiança” (se comparar consigo mesmo é mais importante do que com os outros);

8 - as novas tecnologias são nossas aliadas (buscar caminhos para que artefatos cada vez mais leves, baratos e conectados possam ser incorporados aos processos educativos).

Em qualquer nível da educação a criação de ambientes que se pautam por esses princípios ajuda a pensar uma escola mais inteligente, mais inclusiva e mais relevante, no século XXI. E, quando estendemos essa reflexão ao debate sobre urbanismo e sobre as cidades, percebemos sua importância, e o enorme equívoco não apenas urbanístico, mas também pedagógico, que a “civilização do carro” trouxe a cidades que se encheram de asfalto e de gigantes de concreto, e que perderam áreas públicas, terrenos baldios etc.

A regeneração da pedagogia tem, em um urbanismo voltado para as pessoas, um de seus componentes ignorados, mas de enorme potencial transformador.

* **Luiz Carlos Rischbieter**, mestre em Educação, cocriador da Casa Labirinto, criador de currículos para a educação infantil, de artefatos e projetos com novas tecnologias

Importância da criação de vínculos para a aprendizagem

* **Geraldo Peçanha de Almeida**

A aprendizagem pressupõe o vínculo, base da aprendizagem. Nesse caso, estamos falando de uma aprendizagem sustentável, será a junção de duas vias de trabalho – educando e educador –, num processo mútuo de ajuda, parceria, construção e ressignificação de saberes. Essa aprendizagem pode levar aluno e professor ao inesperado e, é justamente aí, que a aprendizagem ganha vida, pois a criatividade, condição de parceria, junta dois ou mais universos diferentes em torno de um mesmo objetivo: fazer o conhecer enriquecer o viver.

Além do direito de aprender, o humano precisa da ação estruturada do conhecimento socialmente já determinado para que possa, de igual forma, se incluir no mundo, transformá-lo e cuidar de sua manutenção.

A aprendizagem pressupõe vínculos absolutos, não só entre educandos e educadores, mas, sobretudo, com o ecossistema. O homem conectado ao universo, ao meio, às coisas do seu tempo consegue não só se posicionar como também pensar a partir desta posição. Sem essa, ele se desloca e é justamente o deslocamento do homem, esse ir e não voltar ao seu norte, a razão de tantos desencontros em projetos educacionais anátemas, exóticos, inócuos.

Homem e propósitos, função e ação são condições de vínculos e, mesmo assim, os vínculos ainda precisam dos conflitos, razão plena e salutar da vida conjunta e humana. Sem conflitos não há relação e sem relação não há democracia.

Todos nós pensamos muito em educação. Dá um prazer enorme pensar em como poderíamos tornar o mundo melhor. Todos temos mil e uma ideias sobre como fazer isto ou aquilo.

Os políticos também pensam isto. Porém pensam e quase sempre pouco fazem. Nós pensamos e nada podemos fazer – sem a ajuda política –, além de semear as palavras, os sonhos e as vontades sobre aqueles com os quais falamos diariamente.

Se não podemos fazer muita coisa, continuamos contribuindo a partir das palavras que proferimos nas salas de aulas, nos pátios, nos corredores das escolas e, principalmente, nos momentos em que encontramos nossos amigos em locais fora da escola – nós professores conversamos de escola e sobre escola mesmo quando não estamos nela. Isto é amor, acima de tudo.

* **Geraldo Peçanha de Almeida**, psicanalista, mestre e doutor em Teoria Literária. Tem trabalhos na Alemanha, Itália e Bolívia. Implantou, em Moçambique (África), um programa de leitura e escrita

O cuidado como uma postura ética frente ao mundo contemporâneo

* **Jane Patrícia Haddad**

A educação se encontra diante da impossibilidade de tudo saber e responder, estamos imersos e um mundo em transição que nos convida a fazer uma passagem, da certeza à incerteza. Vivemos um momento de travessia, com novas configurações familiares, aumento significativo da violência, avanço da tecnologia e com tudo isso, uma geração em “aberto” que a princípio não sabemos bem o que pensar e como conduzir.

A palestra visa refletir sobre esse cenário de mudanças e a noção de cuidado para pensar essa educação em transição, bem como a relação pedagógica estabelecida nesse cenário. O cuidado é uma atitude de responsabilidade e envolvimento afetivo consigo mesmo e com o outro. Nossos modelos mudaram e nos encontramos diante de diversas transições, onde passamos de uma modelo hierárquico verticalmente para um modelo horizontalizado onde a noção de autoridade está em aberto.

E agora como família e escola se guiarão? Não conseguiremos respostas simples para questões tão complexas, o que temos são ideias e reflexões baseada na noção de cuidado que possibilitará um outro olhar sob as novas “moradas” que sustentarão a constituição do “novo” sujeito. Esse sujeito que nos chega a escola contemporâneo, que advém de diversas famílias, que aprende somente o que faz sentido para eles.

Partiremos de algumas perguntas como: Como mobilizar a noção de cuidado nas relações pedagógicas? O cuidado em uma perspectiva ética nos abre atalhos para pensarmos o equilíbrio entre a ética do dever e a ética do “querer”.

Frente a tantas transições, deveremos nos tornarmos singulares e responsáveis, caso contrário seremos apenas “genéricos” como muito bem assinala o psicanalista Jorge Forbes.

Ser genéricos e soldados é o convite de massa, apenas cumprem seus conteúdos que esperam ser reproduzidos em suas provas. Já os singulares guerreiros, não perdem o desejo de sua CAUSA e sabem que toda transição pede uma paciência Histórica!

Então, qual é a sua causa?

* **Jane Patrícia Haddad**, mestre em Educação pela Universidade Tuiuti (PR), docência do ensino superior pelo Centro Universitário Newton Paiva, Teoria Psicanalítica pela UFMG, Psicopedagogia pelo Centro Universitário (BH) e pedagoga pela PUC-MG

Aprender e ensinar nos movimentos de autoria

Movimentos de autoria e emancipação social no “banco escolar”

* **Glauci Helena Mora**

Ainda neste milênio “o banco escolar” dita aos alunos o quê e o como fazer “tarefas” dentro de uma “grade” curricular. Eis a concepção de educação que não constitui educandos como seres humanos de seus discursos. Reflete-se aqui sobre a real função social da escola e dos resultados experimentados pelos alunos ao saírem dela em contexto de muitas transformações ocorridas na conjuntura mundial.

Projetar é próprio da atividade humana, da sua forma de pensar em algo que deseja tornar real. É na pedagogia de projetos que ocorrem movimentos de autoria e a desejada função social da escola democrática, na ação-reflexão, na pesquisa, no grêmio estudantil em que alunos tornam-se emancipados e cônescios do seu estar no mundo e dele fazer parte.

De que projeto falamos? O projeto de sala de aula ou o político-pedagógico da escola? O projeto dos alunos da educação básica? Em todos há trabalhos importantes, no entanto, a questão é como de fato construímos nova forma de ensinar, integrando todos os protagonistas da educação e os conteúdos curriculares numa perspectiva de aprendizagem que soma “forças para gerar uma sociedade sustentável global, baseada no respeito pela natureza, nos direitos humanos universais, na justiça econômica e numa cultura da paz”? (Carta da Terra) Como desenvolver projetos que tenham interesse pessoal de quem os produz, ou que modifiquem realidades cotidianas, produzindo mudanças significativas no nosso estar no mundo?

Na aprendizagem com projetos, educandos, protagonistas da sua vida, aprendem pela experiência, investigam e gerenciam informações e ideais diante de acesso ao conhecimento do ciberespaço e de seus pares. Para desenvolvimento de tais projetos, conta-se com a iniciativa e a participação de alunos, família, comunidade, educadores, gestores, profissionais da educação e voluntários, que se organizam em comitês multidisciplinares para repensar a transformação da escola.

Além disso, a autoria permite investigação e contextualização dos conceitos trabalhados nas diferentes disciplinas que aparecem no desenvolvimento do projeto, daí ele ser interdisciplinar. Nessa perspectiva reflexiva, torna-se possível repensar a transformação da escola e da sua função social.

* **Glauci Helena Mora**, professora universitária, mestre em Psicologia e Educação (Feusp), pós-graduada em Letras

Ética e educação – aprender e ensinar nos movimentos de autoria: o papel do professor

** Maura Maria Morais de Oliveira Bolfer*

Aprender e ensinar nos movimentos de autoria é criar espaços para que o educando empreenda a construção de si, rompendo com o reducionismo de currículos lineares, da visão disciplinar dos saberes, apontando solução de problemas às questões do cotidiano. Qual é o papel do professor?

Tendo a ideia da escola como espaço de emancipação social, cenário de socialização na mudança, pensamos no papel do professor, responsável direto pela aprendizagem e desenvolvimento dos alunos, e no papel dos outros profissionais, responsáveis pelo suporte às ações docentes. É preciso que o professor se sinta autor de sua prática pedagógica, consciente do papel mediador, formulador de problemas, mobilizador de inteligências múltiplas/coletivas na experiência do conhecimento.

Compartilhará a estruturação de seu trabalho, nos aspectos que dependem da ação direta/indireta dos demais profissionais, construindo saberes fundamentais à inserção social dos alunos.

O conhecimento do que acontece, na escola, torna-se condição importante para nos aprimorarmos/apropriarmos dos saberes com vistas à sua/nossa transformação. Assim, nossa competência reflexiva se expressa na medida em que articulamos os nossos fazeres com os de nossos pares, na busca da consolidação da identidade institucional.

Aqui a concepção de escola é voltada à construção de cidadania consciente e ativa, que oferece ao aluno bases culturais para identificar e posicionar-se frente às transformações em curso, incorporando-se na vida produtiva e sócio-política. Desse modo, não basta adquirir conhecimentos sobre seu trabalho, é preciso disponibilizá-los, transformá-los em ação. É preciso a sistematização teórica articulada com o fazer e que todo o fazer articulado à reflexão; pensar em situações de aprendizagem focadas em situações-problema e desenvolvimento de projetos que promovam a interação dos diferentes conhecimentos.

Nesta ótica, organiza-se e legitima-se a passagem do ensino centrado em saberes disciplinares para o ensino definido pela produção de competências verificáveis em situações e tarefas específicas. Essa noção de competência disputa lugar com a noção mais antiga de capacidade, atrelada às tarefas nas quais se materializam.

** Maura Maria Morais de Oliveira Bolfer, professora na Faculdade Prof. Wladimir dos Santos e coordenadora do Colégio Uirapuru. Graduada em Pedagogia, mestre em Educação, Linguagem e Arte e doutora em Educação - Formação de Professores*

Liberdade de expressão: polêmicas, conflitos, intolerância e pluralidade

A era do homem-mídia: a liberdade de expressão entre os espaços público e político

* **Wellington Wagner Andrade**

Aonde o cidadão contemporâneo será conduzido com a hipertrofia dos dispositivos comunicacionais? Os meios tecnológicos de comunicação e expressão estão se transformando em necessidade imperiosa da vida moderna? A supressão do corpo comunicante corresponderá à revalorização do pensamento crítico?

Procurando responder a essas perguntas, serão abordados os princípios e os fundamentos da comunicação em rede, tratando dos novos rumos pelos quais a área está enveredando. A interlocução com uma miríade de bons argumentos – apresentados por intermédio, seja de autores clássicos, seja de pesquisas recentes – leva à seguinte síntese, defendida por Magaly Prado em *Ciberativismo* e noticiário: da mídia torpedista às redes sociais: “De certo modo, essas perspectivas sobre o ciberativismo esbarram em uma série de dificuldades e críticas que surgiram aos movimentos populares brasileiros recentes – em especial, os registrados a partir de junho de 2013. A complexidade dos modos de engajamento, a dificuldade em encontrar coerência no discurso das ruas – fragmentado, instantâneo e, de certo modo, pouco articulado – e o envolvimento de atores tão diversos fizeram com que a crise de representação fosse, também, uma crise de autorrepresentação dos protagonistas das manifestações”.

O processo de ebulição tecnológica e de reestruturação dos modelos de negócio e da própria rotina profissional pelo qual passam as grandes empresas e corporações de comunicação no país está ligado aos principais impasses vividos pelos meios de comunicação tradicionais face à crescente atuação dos canais de expressão digitais. Assim, é preciso examinar de perto as possibilidades do novo jornalismo que vem surgindo com a vontade política de participação.

A “ciberexpressão” nasce e se desenvolve embalada pela necessidade de contestação da atuação homogeneizante das mídias *mainstream*. Daí a necessidade de que haja canais que veiculem discursos não instituídos, amparados naturalmente por valores éticos e humanistas. A decorrência direta da “ciberexpressão” é o “ciberativismo” – ambos conceitos que podem ser compreendidos a partir da noção de rizoma de Deleuze e Guattari, para a qual as ações de crescimento e transbordamento são essenciais.

* **Wellington Wagner Andrade**, doutor em Letras pela USP, editor da revista *Cult* e professor de curso de Jornalismo

Características e habilidades que se espera encontrar em um bom professor

* **Gisela Wajskop**

Como falar em um mundo sem fronteiras, midiático, diverso, inclusivo e múltiplo sem pensar nas características e habilidades que se espera de um professor? Tal como acontece com os médicos, advogados e engenheiros, o trabalho do professor pressupõe competências específicas para o exercício da profissão.

Tais características, porém, não podem ser criadas nos laboratórios nem imaginadas à luz e semelhança de países em cujas escolas já se avançou do ponto de vista das experiências estudantis e da formação docente. Pensar nas características e habilidades do professor para enfrentar os desafios do ensino e da aprendizagem dos alunos reais em nosso país supõe refletir, inicialmente sobre a profissão docente.

Ser professor é inserir, como parceiro mais experiente, as novas gerações na cultura geral humana sistematizada por meio de ferramentas e instrumentos que são disponibilizados em comunidades de aprendizagens. A ampliação do universo cultural dos estudantes, portanto, é uma exigência da profissão.

A competência docente se realiza para além da somatória entre teorias e práticas. Ela se constrói em constante interação entre ações de mediação com grupos de aprendizes em contato com conteúdos e objetos de conhecimento, eles próprios em constante renovação. A competência docente se constrói em um movimento intelectual dinâmico por meio da convocação de crenças, valores e princípios dos integrantes das diferentes classes ou comunidades de aprendizagens a partir das quais são investigadas e analisadas as práticas de interação e de intervenção didáticas que utilizam saberes e teorias adequadas para a solução de problemas reais e objetivos.

Nessa medida, deve ser construída em constante contato com a realidade das escolas e em consonância com o currículo da educação básica.

A escola é aqui considerada um microcosmo cultural cujas metodologias e práticas de ensino são produzidas no âmbito das interações presentes associadas a constante renovação e investigação de seus resultados e em relação às áreas de conhecimento que lhe dão origem.

A partir desses pressupostos pode-se pensar em aprofundar capacidades imaginativas, investigativas, reflexivas e de documentação pedagógica como parte da identidade e profissionalidade docente.

* **Gisela Wajskop**, pós-doutoranda do Programa de Formação de Formadores da PUC-SP, pesquisadora colaboradora da Universidade de Toronto, conselheira da Revista Pátio e da Associação Turma da Touca

*** Isabel Cristina Hierro Parolin**

Em tempos em que os preceitos da complexidade, finalmente, começam a despontar em nossa sociedade e, conseqüentemente, em nossas escolas; saber fazer junto, tecer com o outro, para construir um olhar multidimensional e multicultural é habilidade que se espera de todo o cidadão contemporâneo. Trabalhar alinhados nos preceitos da complexidade, acrescido do sentido de desenvolver consciência de si: quem eu sou – identidade- além de reconhecer-se pertencente ao seu contexto sócio afetivo, ter consciência do outro: como parceiro da jornada existencial e perceber o mundo, em sua amplitude de possibilidades, é o desafio de todo educador, sobretudo, da escola e de quem tem a intenção de mediar aprendizagens.

Portanto, o professor, para estar em sintonia com o grupo social do qual faz parte e com o qual trabalha, precisa perceber-se como uma pessoa que tem a intenção e o desejo, a metodologia e o conhecimento, os humores que o animam à jornada de ser o mediador entre o aprendiz - sujeito que aprende (ou não aprende) e o conhecimento disponível na sociedade.

Para que a mediação e apropriação do conhecimento, que foi construído ao longo da história e que se reconstrói, na medida em que ensinantes e aprendentes com ele se relacionam, se faça, de modo exitoso, espera-se a revisão de alguns conceitos como o da realidade objetiva e subjetiva, da certeza, do valor da dúvida, do lugar do erro, da relatividade do tempo, do olhar que organiza, da escuta qualificada, da responsabilidade partilhada, da importância das redes relacionais, de sistemas integrados e de inteligência sistêmica.

O professor é um profissional que trabalha na diversidade, a partir das diferenças, que desenvolve a possibilidade de produzir equidade em seu cotidiano educativo. Portanto, uma pessoa, um ser humano, que, sobretudo, além do compromisso de mediar aprendizagens, percebe, se relaciona e intervém na formação sócia afetiva de seu aprendiz, na direção da formação de um ser humano capaz de partilhar com seus pares as belezas da existência humana.

** Isabel Cristina Hierro Parolin, pedagoga, psicopedagoga, mestre em Psicologia da Educação, professora de pós-graduação na área da Aprendizagem, consultora de instituições públicas e privadas e autora de livros sobre aprendizagem*

Doenças profissionais: como evitá-las?

Assédio moral não é doença, mas gera muitas doenças

* **José Roberto Heloani**

Assédio moral é uma conduta abusiva, intencional, frequente e repetida, que ocorre no ambiente de trabalho e que visa diminuir, humilhar, vexar, constranger, desqualificar e demolir psicologicamente um indivíduo ou um grupo, degradando as suas condições de trabalho, atingindo a sua dignidade e colocando em risco a sua integridade pessoal e profissional. (Freitas, Heloani, Barreto, 2008, p.37).

Como se vê o assédio moral é um processo que, paulatinamente, vai quebrando integralmente a capacidade de resistência da pessoa visada constituindo, portanto, um verdadeiro risco psíquico e social.

Em nosso entender, o assédio moral caracteriza-se pela intencionalidade; consiste na constante e deliberada desqualificação da vítima, seguida de sua conseqüente fragilização, com o intuito de neutralizá-la em termos de poder. Esse enfraquecimento psíquico pode levar o indivíduo vitimado a uma paulatina despersonalização. Sem dúvida, trata-se de um processo disciplinador em que se procura anular a vontade daquele que, para o agressor, se apresenta como ameaça.

Essa dose de perversão moral – algumas pessoas sentem-se mais poderosas, seguras e até mesmo mais autoconfiantes à medida que menosprezam e dominam outras – pode levar com facilidade, a nosso ver, ao assédio moral, quando aliada à questão da hipercompetitividade.

Um bom exemplo elucidativo seria aquele em que à vítima é constantemente atribuída a pecha de ser desatenta, não envolvida com seu trabalho, imperita. Em longo prazo, depois de alguns meses, às vezes até anos de sofrimento atroz, o indivíduo torna-se exatamente o que lhe foi atribuído. A pessoa pode entrar em depressão e sofrer, por exemplo, um longo período de insônia, o que é comum nesse quadro depressivo.

Dessa forma, ela pode acabar por se tornar realmente negligente no trabalho, não por seu desejo e sim pela pauperização, pela fragilização de sua saúde física e mental.

* **José Roberto Heloani**, bacharel em Direito (USP), psicólogo (PUC/SP), professor titular no IFCH e na Faculdade de Educação da Unicamp e pesquisador na área de assédio moral/sexual e ética

Alfabetização: como superar os desafios?

* **Silvia de Mattos Gasparian Colello**

O índice de analfabetismo e o baixo nível de letramento no Brasil configuram uma realidade que compromete tanto as perspectivas de sucesso escolar como a construção de uma sociedade efetivamente democrática.

Considerando a complexidade do problema, a superação das inúmeras dificuldades extrapola a dimensão estritamente pedagógica e passa, necessariamente, por iniciativas de ordem política, social, econômica e cultural. No entanto, se o problema não é só da escola, ele é também da escola e nela pode ser revertido, razão pela qual se justificam debates acerca das condições de aprendizagem dos alunos na relação com o trabalho docente.

Na busca de causas para o problema, os argumentos aparecem de forma restrita, tendendo a diferentes eixos de culpabilização. No reducionismo psicológico, a culpa das dificuldades de alfabetização é atribuída ao próprio indivíduo por supostas carências, déficits e transtornos. No reducionismo pedagógico, aparecem vinculados à ineficiência dos métodos, à incompetência dos professores e ao desajuste do sistema educacional. No reducionismo sociológico, a culpa recai na fragilidade das condições familiares e sociais como fatores intransponíveis no processo de aprendizagem.

Ainda que esses aspectos possam integrar os quadros de fracasso, a postura de situar culpados pouco contribui para a compreensão de realidades complexas e muitas vezes singulares. Como alternativa, a escuta de alunos em seu processo de aprendizagem contribui para a apreensão de limites e potencialidades, significados e sentidos, que subsidiam iniciativas de superação.

Partindo do princípio de que a aprendizagem escrita não é um processo cognitivo livre de valores, posturas e sentimentos, vale o esforço para compreender as dificuldades de alfabetização na perspectiva da criança. Afinal, como o aluno se vincula à escola? Como se relaciona com o conhecimento e, particularmente, com a língua escrita? Como vive as relações em sala? Como se apropria das possibilidades de interação para a construção da escrita? Por essa via – o ponto de vista do aluno tantas vezes desconsiderado pelos educadores – é possível desenvolver estratégias para a compreensão da escrita, a ressignificação do ensino e das relações na escola.

* **Silvia de Mattos Gasparian Colello**, pedagoga, mestre, doutora e livre-docência pela Faculdade de Educação da USP (Feusp); pesquisadora e docente da USP nos cursos de graduação e pós-graduação

Educação intercultural

Currículo e diferenças na escola brasileira: e se nem todos os caminhos levassem a Roma?

* *Lourival dos Santos*

As Leis nº 10.639, de 2003, nº 11.645, de 2008, e nº 12.711, de 2012, constituíram novos marcos para a formulação de currículos nas escolas brasileiras. São pontos de chegada de um processo histórico de lutas dos movimentos negros e indígenas.

Ao mesmo tempo, se constituíram em pontos de partida para a superação de uma educação eurocêntrica no Brasil. Ao instituírem a obrigação do ensino de História e Culturas Africana e indígena em todos os níveis de ensino do país, estes marcos legais mobilizaram educadores para um desafio novo na educação brasileira: pensar currículos cujos caminhos não levassem e nem viessem necessariamente de Roma.

Essas formulações legais evidenciaram mudanças no discurso e nas práticas do Estado brasileiro relativas às questões raciais em sintonia com o Estado Democrático de Direito instalado a partir de 1988 e com esforços internacionais como a I conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e as Formas Conexas de Intolerância, ocorrida em Durban, África do Sul que teve participação destacada de brasileiros em 2001. Essas conferências internacionais contra o racismo foram patrocinadas pela Unesco com esta denominação em 1978, 1983, 2001 e 2009.

A participação brasileira em Durban foi, portanto, em um cenário democrático o que explica, em certa medida, a implementação dos marcos legais aqui apontados. Boa parte dos intelectuais e educadores brasileiros acreditavam que, apesar do consenso precário, conquistado à duras penas, a sociedade brasileira caminharia para pressupostos educacionais que, finalmente contemplassem as diferenças de gênero, de orientação sexual, de etnia, raça e nacionalidade.

Entretanto, tivemos reveses que vão desde a retirada da obrigatoriedade da discussão de gênero nas propostas curriculares dos entes federados até a retirada do estatuto de ministério da Secretaria de Políticas de Promoção de Igualdade Racial (Seppir) e ao corte brutal de recursos públicos vinculados às causas indígenas, quilombolas e negras.

Uma onda conservadora varre o mundo. No Brasil, o movimento Escola Sem Partido ameaça a liberdade de cátedra e direitos constitucionais dos professores. Como fazer para garantir o direito à diferença nas escolas diante desse cenário?

* *Lourival dos Santos*, professor associado da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), formado pela USP

Inclusão cultural na escola: perspectiva de mudanças de tempos, espaços e relações

* *Ulisses Ferreira de Araújo*

Os desafios da diversidade, da interculturalidade e da universalização impostos pela democratização da sociedade brasileira levam os profissionais da educação a terem de dar conta das necessidades de uma sociedade inclusiva, pautada na complexidade do conhecimento inter, multi e transdisciplinar que prevalece neste início de século XXI. Tal situação provoca um grande desafio para os educadores e políticos atuais: transformar, ou reinventar, a educação.

Os movimentos acadêmico-científicos, atentos a este processo, defendem que as mudanças necessárias para a construção de um novo modelo educativo precisam considerar dimensões complementares de conteúdo, de forma e de relações entre professores e estudantes. Do ponto de vista do conteúdo, isso implica em trazer a dimensão ética, de responsabilidade social e de busca da sustentabilidade para os programas de educação básica, complementando e enriquecendo as novas concepções multi, inter e transdisciplinares de conhecimento.

Quanto ao aspecto da forma, significa que é urgente repensar os tempos, espaços e relações nas instituições de ensino, incorporando, as transformações radicais pelas quais vem passando o acesso à informação e ao conhecimento, decorrentes das revoluções tecnológicas recentes, atreladas aos processos de democratização da sociedade contemporânea.

Mas isso não é o mais importante. O essencial em todo esse movimento é a mudança no eixo, no próprio papel dos sujeitos envolvidos nos processos educativos, configurando a terceira dimensão de sustentação dos processos de reinvenção da educação: a relação entre docentes e estudantes.

O que autores como Shulman (2004) e Weimer (2002) apontam é que a relação ensino/aprendizagem deve sofrer uma inversão, deixando o processo de se centrar no ensino, mas sim na aprendizagem e no protagonismo do sujeito da educação.

Temos de discutir caminhos inovadores para a atuação docente e discente, baseados em princípios como o construtivismo, o construcionismo, o aprender fazendo, e o trabalho colaborativo e cooperativo, calcados em conhecimentos inter, multi e transdisciplinares, visando levar o grupo escolar à construção de ferramentas de interação, colaboração e compartilhamento da diversidade cultural dentro das escolas.

* *Ulisses Ferreira de Araújo*, professor da Escola de Artes Ciências e Humanidades da USP, presidente da Association of Active Learning Methodologies, coordenador do Núcleo de Pesquisas Novas Arquiteturas Pedagógicas

Novas tecnologias digitais na educação

* **Cesar Augusto Amaral Nunes**

A tecnologia tem revolucionado a maneira como as pessoas se relacionam, como acessam informações, como o conhecimento é construído e como se dá a participação em processos democráticos.

Avanços fantásticos da inteligência artificial permitem, inclusive, sintetizar novos medicamentos e fazer diagnósticos de doenças. Mas também têm aumentado o número de agressões virtuais, a manipulação de massas em eleições e o desaparecimento de postos de trabalho.

Como a escola forma os jovens para esse mundo cada vez mais complexo?

Apresentamos exemplos de como a tecnologia pode ser usada para desenvolver a criatividade e o pensamento crítico de tal forma que esses jovens possam participar ativamente na criação de um mundo melhor, mais justo, mais humano. Ferramentas digitais para a democracia já são usadas dentro de escolas, com espaços de participação coletiva. Nesses casos o desenvolvimento da convivência ética e democrática acontece de forma intencional, planejada, envolvendo a escola de maneira sistêmica e coerente.

O resgate e valorização das metodologias ativas, com o uso de tecnologias atuais, permite colocar o aluno como protagonista na resolução de problemas complexos, reais, e na criação de produtos significativos e sofisticados. Essas mesmas tecnologias permitem o desenvolvimento intencional de competências socioemocionais, desde que se dê atenção às paradas reflexivas, ao uso de registros para potencializar *feedbacks* entre colegas e o acompanhamento mais individualizado por parte dos professores.

Espaços Maker e Fablabs favorecem o desenvolvimento da criatividade. Um foco no desenvolvimento intencional da criatividade em disciplinas tradicionais também gera um efeito transformador.

O sistema de avaliação vem sendo transformado para avaliar criatividade e pensamento crítico. O exame internacional Pisa 2021 conterà itens para avaliar criatividade. Será apresentada uma prévia das discussões que estão em andamento na OCDE para a elaboração dessa avaliação.

Questões éticas podem ser discutidas quando os próprios alunos decidem como um programa deve proceder em situações em que há conflito de valores. Boas comunidades de prática permitem acompanhar um pouco dessa infinidade de possibilidades.

* **Cesar Augusto Amaral Nunes**, pesquisador na Faculdade de Educação da Unicamp, membro do grupo consultivo do Pisa 2021, doutor em Física pela Universidade de Munique, bacharel em violão clássico, especialista em Avaliação pela Universidade de Harvard

Novas tecnologias digitais na educação: mudança de cultura

* **Glaucia da Silva Brito**

Tecnologia digital é um conjunto de tecnologias que permite, principalmente, a transformação de qualquer linguagem ou dado em números, isto é, em zeros e uns (0 e 1).

Uma imagem, um som, um texto, ou a convergência de todos eles, que aparecem para nós na forma final da tela de um dispositivo digital na linguagem que conhecemos (imagem fixa ou em movimento, som, texto verbal), são traduzidos em números, que são lidos por dispositivos variados, que podemos chamar, genericamente, de computadores.

Na escola, nossos sistemas acadêmicos de frequência e notas já são, em grande medida, digitais, o que alterou nossos tempos e modos de trabalho. Parte dos materiais de que dispomos para planejar e ministrar nossas aulas pode estar disponível em formato de tecnologia digital, assim como muitos dos meios de que dispomos para interagir com nossos alunos.

No entanto, considerar a tecnologia digital, desde a alfabetização, exige que incorporemos a cultura escolar nos materiais e nas práticas cotidianas com alunos, seja produzindo registros imagéticos e verbais, seja usando jogos para aprender, seja lendo e escrevendo em dispositivos digitais, como teclado de grandes computadores ou de um celular. Implica, além de tudo, saber que crianças que já nasceram inseridas nessa cultura passam a pensar e agir com esses dispositivos, quer a escola queira ou não neste momento, quando nos referimos a escola, professores e alunos temos de considerar que estes estão inseridos na cibercultura, que é definida como sendo a cultura contemporânea marcada pelas tecnologias digitais, vivemos já a cibercultura.

Este cenário proporcionado pela cibercultura vem se colocando em desafio a educação, a cultura escolar, a cultura na e da escola. Esse cenário permite que a política de educação considere a cibercultura, mesmo porque, novas maneiras de se relacionar emerge não como uma mera substituição de relações sociais, mas sim como surgimento de novas relações mediadas. Estas relações mediadas exigem novas possibilidades didáticas acerca de metodologias que dariam conta deste novo século, repleto de tecnologias digitais.

* **Glaucia da Silva Brito**, professora na Universidade Federal do Paraná, doutora e pesquisadora em tecnologias na educação

CONSULTE NO SITE DO SINPEEM:

legislação, manuais, informativos,
programação do SINPEEM Ibiúna Hotel
e do SINPEEM Peruíbe Hotel,
excursões, hotéis conveniados,
convênios diversos, Jornal do SINPEEM
relação de todas as escolas,
boletins de representantes e sites úteis.

**APROVEITE E MANTENHA
SEU CADASTRO ATUALIZADO.**

Entre em contato com a
Secretaria do sindicato.

3329-4516

informes@sinpeem.com.br

Você também pode fazer a atualização
preenchendo a ficha disponível no nosso site

www.sinpeem.com.br



SINPEEM

**SINDICATO DOS PROFISSIONAIS EM
EDUCAÇÃO NO ENSINO MUNICIPAL-SP**

SINDICATO DOS PROFISSIONAIS EM EDUCAÇÃO NO ENSINO MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Av. Santos Dumont, 596, Luz - CEP 01101-000

São Paulo-SP - Fone 3329-4500 - www.sinpeem.com.br

e-mail: sinpeem@sinpeem.com.br

DIRETORIA

Presidente	Claudio Fonseca
Vice-presidente	José Donizete Fernandes
Secretário-geral	Cleiton Gomes da Silva
Vice-secretário-geral	Renato Rodrigues dos Santos
Secretária de Finanças	Doroty Keiko Sato
Vice-secretária de Finanças	Cleonice Helena Oliveira da Silva
Secretário de Administração e Patrimônio	Josafá Araújo de Souza
Secretária de Imprensa e Comunicação	Lílian Maria Pacheco
Vice-secretária de Imprensa e Comunicação	Janaína Nardocci
Secretária de Assuntos Jurídicos	Nilda Santana de Souza
Vice-secretária de Assuntos Jurídicos	Ariana Matos Gonçalves
Secretária de Formação	Patrícia Pimenta Furbino
Vice-secretário de Formação	Gabriel Vicente França
Secretária de Assuntos Educacionais e Culturais	Laura de Carvalho Cymbalista
Secretário de Política Sindical	João Baptista Nazareth Júnior
Secretário de Assuntos do Quadro de Apoio	José Corsino da Costa
Vice-secretária de Assuntos do Quadro de Apoio	Denise Assis da Silva
Secretária de Seguridade Social/Aposentados	Cleusa Maria Marques
Secretária para Assuntos da Mulher Trabalhadora	Luzinete Josefa da Rocha
Secretária de Políticas Sociais	Lourdes Quadros Alves
Secretário de Saúde e Segurança do Trabalhador	Floreal Marim Botias Júnior
Secretário de Organização Regional	Eliazar Alves Varela

DIRETORES REGIONAIS

Camila Santo Lisboa - Célia Cordeiro da Costa

Clóvis dos Santos Costa Júnior - Dimitri Aurélio da Silveira

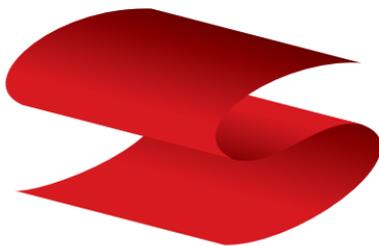
Lucas Antonio Nizuma Simabukulo - Maria Aparecida Freitas Sales

Michele Rosa Oliveira - Nelice Isabel Fonseca Pompeu

Priscila Pita - Raquel Macedo de Lima

Ricardo Cardoso de Moraes - Valéria de Jesus Silva

Vitória Keiko Vassoler



SINPEEM

**SINDICATO DOS PROFISSIONAIS EM
EDUCAÇÃO NO ENSINO MUNICIPAL-SP**

Jornalista responsável: **Graça Donegati** - Mtb 22.543 – Diagramação: **José Antonio Alves**

Tiragem: 5.000 exemplares – Distribuição gratuita